

Maria Luiza Ferraro

**A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR:
UM OLHAR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Cristina Dutra Búrigo

Florianópolis

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferraro, Maria Luiza A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO / Maria Luiza Ferraro; orientadora, Carla Cristina Dutra Búrigo - Florianópolis, SC, 2016. 109 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Inclui referências

1. Administração Universitária. 2. Acesso ao Ensino Superior. 3. Política Institucional. 4. Gestão Universitária. I. Dutra Búrigo, Carla Cristina. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária. III. Título.

Maria Luiza Ferraro

A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR NA PERSPECTIVA DA GESTÃO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Administração Universitária”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária.

Florianópolis, 20 de abril de 2016.

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Administração Universitária

Banca Examinadora:

Prof^a. Carla Cristina Dutra Búrigo, Dr^a.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Alessandra Linhares Jacobsen, Dr^a.
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Luciane Stalliviere, Dr^a.
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Olinto Varela Furtado, Dr.
Membro
Universidade Federal de Santa Catarina

A minha irmã Maria Cristina, Cris (*in memoriam*), por se fazer presente em minhas lembranças no decorrer de toda esta caminhada.

Aos meus pais, Antonio Carlos (*in memoriam*) e Eli, por terem oportunizado os caminhos iniciais para chegar até este momento.

Ao meu esposo, Marcos Vinicius, pela constante presença e incentivo nesta caminhada.

Aos meus filhos, Otávio Augusto, Caio Cézar e Luiza Helena, pelo apoio e compreensão das horas roubadas do nosso convívio.

AGRADECIMENTOS

Sempre que agradecemos nominalmente, corremos o risco imposto pela memória de involuntariamente esquecer alguém. Assim sendo, quero inicialmente agradecer a todos, família, professores, amigos, colegas de turma e de trabalho, que de alguma forma, direta ou indiretamente colaboraram para que este trabalho se concretizasse.

Correndo o risco de ser traída pela memória, quero externar meu agradecimento especial a algumas pessoas que estiveram presentes de maneira mais próxima nestes dois anos.

À minha orientadora Professora Carla Cristina Dutra Búrigo, pelos ensinamentos, dedicação, carinho com que me recebeu e se fez presente no decorrer desta caminhada. Muito mais do que orientadora, sei que tive (tenho) uma amiga.

Às professoras Alessandra Linhares Jacobsen e Luciane Stallivieri, professoras do curso de Mestrado em Administração Universitária e membros da banca, pelos ensinamentos, disponibilidade e incentivo com que sempre me acolheram.

Ao Professor Olinto Varela Furtado, amigo na coordenação da COPERVE e membro da banca, por compartilhar seus conhecimentos e pela presença sempre disponível.

Aos Professores, coordenadores de cursos de graduação, que gentilmente concordaram em conceder as entrevistas.

Ao Francisco de Assis Maroneze de Abreu, por sua amizade sincera, pelas nossas conversas sobre vida, educação, família etc. Muito me tem enriquecido.

Ao João Carlos da Silva, amigo na coordenação da COPERVE e colega de turma no mestrado, pelo apoio e parceria.

A toda a equipe da COPERVE, pelo convívio, amizade e apoio.

À amiga Bernadete Limongi, pela disponibilidade na tradução do resumo.

Ao grupo de orientandos da Professora Carla, pela parceria e colaboração. Com certeza nossos encontros contribuíram para que esta caminhada se tornasse mais suave.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Administração Universitária, que compartilharam momentos de dificuldades, conquistas, alegrias e descontração.

A todos os profissionais da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária pela atenção, presteza e boa vontade com a qual sempre fui atendida.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade concedida para minha formação.

Nas próximas linhas, quero tecer algo que não está previsto nas normas da ABNT e se coloca além dos agradecimentos, o que entendo é expresso pela palavra: gratidão. Destino àquelas pessoas, as quais devo imensa gratidão. As palavras que encontro para lhes agradecer são muito pequenas diante de tudo que eles representam na minha vida.

À minha mãe Eli, pelo exemplo de força e determinação. Por seu amor e zelo.

À minha irmã Maria Beatriz (Bea), por seu amor fraternal.

À minha madrinha Maria do Carmo (Dinda), por seu amor incondicional.

Aos meus sobrinhos, Maria Augusta, Carlos Eduardo e Luiz Felipe, por suas presenças em minha vida.

E àquelas pessoas muito especiais,

Aos meus filhos, Otávio Augusto, Caio César e Luiza Helena, pelo amor que nos une, pelo incentivo, colaboração e aprendizado que eles me proporcionam.

Ao meu companheiro Marcos Vinicius, por todos os momentos compartilhados nestes anos de convivência. Pelo seu exemplo, constante apoio e incentivo. Foi, é, e espero que possa continuar sendo a minha escolha.

A Deus, pela minha existência.

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens.

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo, compreender na visão dos gestores acadêmicos da UFSC como se manifesta o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação a partir de 2005. Caracteriza-se por ser um estudo de caso, de natureza qualitativa e tem como fonte de informações entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores acadêmicos, coordenadores dos cursos de graduação da Instituição. Os resultados da pesquisa apontam, que os Coordenadores de curso concebem que a Comissão Permanente do Vestibular exerce papel relevante na Universidade que vai além da preparação do Vestibular sendo uma ação de responsabilidade social. Bem como, concebem que a Política Institucional é reflexo das diretrizes instituídas pela Política Pública Educacional. Porém, o impacto na prática da gestão se materializa na convivência com os alunos no processo diário acadêmico. Uma contradição se evidencia neste Estudo, ao mesmo tempo que a Política Pública de acesso ao ensino superior, se materializa pelas ações de inclusão, por meio da Política Institucional, esta é fragilizada pela carência de diretrizes de uma gestão de inclusão. A formação dos gestores e as ações coletivas no âmbito da gestão para o fortalecimento da Política Institucional de acesso ao ensino superior, quiçá tenham possibilidades concretas de superar a contradição evidenciada no presente Estudo.

Palavras-Chaves: Acesso ao Ensino Superior. Política Institucional. Gestão Universitária.

ABSTRACT

This research aims to understand the vision of academic managers of the Federal University of Santa Catarina about how the impact of public policies is manifested in the Institutional Policy for access to undergraduate courses from 2005. It is characterized by being a case study of a qualitative nature and has as a source of information semi-structured interviews with academic managers, coordinators of the undergraduate courses of the institution. The survey results indicate that the course coordinators conceive that the Standing Committee of the entrance exams plays a significant role in the University that goes beyond the preparation of the tests being an action of social responsibility. They also understand that the Institutional Policy reflects the guidelines established by the Public Education Policy. However, the impact on management practice is embodied in living with the students in the daily educational process. There is one evident contradiction found in this study: while the Public Policy for access to higher education materializes the inclusive actions through the Institutional Policy, this is undermined by the lack of guidelines for a comprehensive management. The training of managers and the collective management measures adopted to strengthen the Institutional Policy for access to higher education, perhaps have concrete possibilities to overcome the evident contradiction found in this study.

Key-words: Access to University Courses. Institutional Policy. University Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido.....	27
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quadro Potencial da Amostra.....	68
Quadro 02 – Amostra da Pesquisa.....	69
Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base.....	71
Quadro 04 – Codificação dos Participantes.....	72
Quadro 05 – Caracterização dos Entrevistados.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
CA – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCB – Centro de Ciências Biológicas
CCE – Centro de Comunicação e Expressão
CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CDS – Centro de Desportos
CED – Centro de Ciências da Educação
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFM – Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
CSE – Centro Socioeconômico
CTC – Centro Tecnológico
CONVESU – Comissão Nacional do Vestibular Unificado
COPERVE – Comissão Permanente do Vestibular
CUn – Conselho Universitário
DAE – Departamento de Administração Escolar
EBTT – Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
MEC – Ministério da Educação
NDI – Núcleo de Desenvolvimento Infantil
OSPB – Organização Social e Política do Brasil
PAA – Programa de Ações Afirmativas
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROLIBRAS – Exame de Certificação da Língua Brasileira de Sinais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SC – Santa Catarina

SEGESP – Secretaria de Gestão de Pessoas

SESu – Secretaria de Ensino Superior

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	23
1 A COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR	29
1.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.....	30
1.2. UM OLHAR SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE	33
1.3 GESTÃO UNIVERSITÁRIA.....	38
2 A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR HISTÓRICO..	41
3 A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL	55
4 CAMINHO METODOLÓGICO.....	63
4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO	63
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	64
4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES..	70
5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS ...	73
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	73
5.2 A COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR	75
5.3 A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	79
5.4 A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS.....	93

ANEXOS.....	105
ANEXO A – Organograma da PROGRAD.....	107
APÊNDICES.....	109
APÊNDICE A – Quadro das Coordenadorias de Cursos de Graduação Presencial por Unidade de Ensino no <i>Campus</i> de Florianópolis.....	111
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	114
APÊNDICE C – Instrumento de Coleta de Informações.....	116

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse por esta temática de Estudo, ou seja, a Política Pública de acesso ao ensino superior, a partir do olhar do gestor acadêmico, se deve essencialmente a minha formação em pedagogia, bem como a minha atuação profissional na Comissão Permanente do Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina – COPERVE/UFSC, como Coordenadora Pedagógica (UFSC, 2005a).

No Brasil, o Vestibular, inicialmente denominado Exame de Admissão (BRASIL, 1910), durante muitos anos foi a única porta de entrada para aqueles que almejavam ingressar no ensino superior das universidades públicas. Foi instituído como processo formal de seleção no ano de 1911, por meio da Lei nº 2.356/1910, (BRASIL, 1910) e do Decreto nº 8.659/1911 (BRASIL, 1911).

Mediante minha vivência como Coordenadora da COPERVE (UFSC, 2002; 2005a) é possível pontuar que o Vestibular é um Exame de Seleção de grandiosa dimensão no processo de desenvolvimento de sua gestão pois envolve, de um lado, um grande número de estudantes oriundos do ensino médio e de outro, grupo de professores e demais profissionais responsáveis diante da tarefa de preparar este processo, com o objetivo de selecionar os que farão parte dos cursos de graduação oferecidos pela Universidade.

No Estado de Santa Catarina, o primeiro Vestibular único e unificado como processo seletivo, ocorreu em 1970 (UFSC, [200-b]) gestado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Vinculada à Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD), a COPERVE é responsável pelo planejamento e aplicação deste processo seletivo na Instituição. Vide Anexo A - Organograma da PROGRAD.

Nas últimas décadas, o Vestibular deixou de ser a única forma de acesso às universidades públicas, passando a dividir espaço, a partir do início deste milênio com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), com o Sistema de Seleção Unificada

(SISU)¹ e com o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL,2005).

O ENEM foi criado em 1998 pelo Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio. Ele foi apresentado pelo MEC como um meio pedagógico para auxiliar a escola com vistas ao desenvolvimento do conhecimento do aluno (BRASIL, 1998).

Mais recentemente, a partir do ano de 2009, o ENEM (BRASIL, 2009a), deixou de ser apenas um Exame com o objetivo de verificar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos do ensino médio, e passa a ser um mecanismo para auxiliar no processo de ingresso para as Instituições de Ensino Superior (IES), de acordo com a pontuação obtida pelos participantes deste Exame, por meio do SISU (BRASIL, 2010).

A partir do surgimento do SISU (BRASIL, 2010), o Vestibular deixa de ser a única forma de seleção para ingresso nas universidades públicas. Desde seu surgimento, a cada ano mais instituições públicas de ensino superior passam a aderir ao Sistema (BRASIL, [200-]d), como reflexo da Política Pública Educacional deste País.

O PROUNI (BRASIL, 2005) é destinado a instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, e é uma forma de acesso que tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes que não possuam diploma de curso superior. A etapa final de seleção é feita pela instituição de ensino superior segundo seus próprios critérios.

A UFSC utilizou a pontuação do ENEM para compor a nota dos candidatos, desde o Vestibular/2010 (UFSC, 2009) até o Vestibular/2015 (UFSC, 2014a). Inicialmente o percentual foi de 20% e a partir do Vestibular/2012 (UFSC, 2011) passou a ser de 30%. Entretanto, esta pontuação somente era utilizada se resultasse em benefício na pontuação final do candidato. No Vestibular/2016 (UFSC, 2015f), a UFSC adere ao SISU (BRASIL, 2010) com 30% das vagas nos cursos presenciais.

¹ O SISU tem como objetivo ampliar o processo da democratização do acesso ao ensino superior em instituições públicas; a mobilidade acadêmica; e, incentivar que o ensino médio seja reestruturado (BRASIL [200-]b).

Partindo da temática central deste Estudo, a Política Pública de acesso ao ensino superior, a partir do olhar do gestor acadêmico, com vistas a uma melhor contextualização sobre o fenômeno de investigação, ou seja, a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação, busquei pesquisas realizadas no âmbito da Instituição sobre esta temática. Localizei por meio do Catálogo *Pergamum* (UFSC, [200-] d) cinco pesquisas envolvendo o acesso ao ensino superior na UFSC a partir de 2005.

Realizei esta pesquisa com um corte temporal, a partir de 2005 considerando o processo histórico da Política Institucional de acesso ao ensino superior, por meio das ações advindas do ENEM (BRASIL, 2009a); SISU (BRASIL, 2010); e, PROUNI (BRASIL, 2005).

Entre as cinco pesquisas localizadas, destaco somente quatro que estão mais diretamente relacionadas aos objetivos deste Estudo. São elas: A Política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos (CASSOLI, 2013); O Programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina na perspectiva do novo serviço público e da gestão social – um estudo do acesso aos cursos de graduação do centro de ciências agrárias (AZEVEDO, 2013); Programa Reuni: Ampliação do acesso ao ensino superior? (SILVA, 2014); e, Análise da contribuição do programa de ações afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (ESPÍNDOLA, 2014).

Contudo as pesquisas em comento trouxeram um campo mais amplo de reflexões sobre as políticas públicas de acesso nos cursos de graduação da UFSC, mas não refletindo sobre a visão dos gestores acadêmicos nesta relação de mediação entre Política Pública e Política Institucional de acesso ao ensino superior nos cursos de graduação.

Isto posto, delineei por meio da linha de investigação Sociedade e Universidade, do Mestrado Profissional em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAU/UFSC), a seguinte pergunta de pesquisa: Como na visão dos gestores acadêmicos da UFSC se manifesta

o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação a partir de 2005?

Para tanto, propus como objetivo geral: Compreender na visão dos gestores acadêmicos da UFSC como se manifesta o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação a partir de 2005.

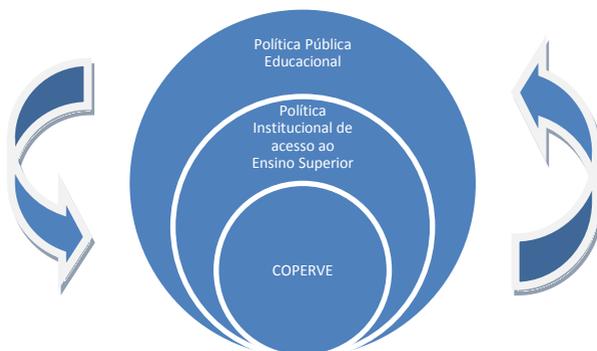
Com vistas ao objetivo geral, delineei como objetivos específicos:

- a) Descrever o processo histórico da COPERVE com vistas ao ingresso aos cursos de graduação da UFSC a partir de 2005;
- b) Conhecer a Política Institucional de acesso ao ensino superior;
- c) Descrever a Política Pública Educacional de acesso ao ensino superior, a partir de 2005; e,
- d) Propor subsídios para reflexão da gestão no que tange ao desenvolvimento de ações sobre a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação.

Para o desenvolvimento do presente Estudo, parti do que dispunha de mais concreto, ou seja, a COPERVE, seu processo histórico com vistas ao ingresso aos cursos de graduação da UFSC. Após busquei conhecer a Política Institucional de acesso ao ensino superior. Depois descrevo sinteticamente a Política Pública Educacional, na perspectiva de compreender o fenômeno em tela, ou seja, a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação. Após no sentido contrário, voltei ao ponto de partida buscando desvelar o que esta caminhada pôde me propiciar. Vide Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido.

A opção por este caminho teórico, se sustenta com base em Triviños (2013), nos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético, o qual concebe que a etapa inicial da investigação deve partir do concreto sensível. A singularidade do fenômeno, sua realidade concreta, deve ser estabelecida inicialmente, para posteriormente chegar ao geral e estabelecer as relações sócio históricas as quais está ligado, buscando desvelar o contexto em que o fenômeno está inserido.

Figura 01 – Caminho Teórico Percorrido



Fonte: Elaborado pela Autora.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, – A Comissão Permanente do Vestibular, COPERVE – apresento a COPERVE, enfocando sua história e seu papel no contexto da Instituição. Na sequência, situo a UFSC e o processo histórico da instituição universidade.

No segundo capítulo, – A Política Institucional de acesso ao ensino superior: um olhar histórico – apresento o processo histórico da política de acesso ao ensino superior na UFSC. A Gestão Universitária também é abordada de forma sintética neste segundo capítulo.

No terceiro capítulo, – A Política Pública Educacional – descrevo sinteticamente o desenvolvimento histórico do acesso ao ensino superior nos cursos de graduação do País.

No quarto capítulo, – Caminho Metodológico – descrevo o caminho metodológico percorrido, delineando o tipo e a natureza do estudo, a população e a amostra, bem como a coleta e análise das informações.

No quinto capítulo, – Análise das Informações Coletadas – à luz do referencial teórico estudado para o desenvolvimento desta investigação e com base nas categorias analiso os depoimentos dos gestores acadêmicos participantes da pesquisa.

E, por fim – Considerações Finais – após ter percorrido esta caminhada de fundamentação e análise, retorno ao ponto de partida do presente Estudo, com vistas a responder o objetivo inicialmente proposto.

1 A COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR

A Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) é o órgão responsável pela coordenação e supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular no âmbito da UFSC (UFSC, 1982). Sua existência data de 29 de setembro de 1970, instituída com o nome de Comissão Central do Vestibular por meio da Portaria nº 342/1970 (UFSC, 1970). Em 1976, a Comissão passa a ser denominada Comissão Permanente do Vestibular, (UFSC, 1975; 1976).

A Comissão é composta pela Presidência e por três Coordenadorias: Pedagógica, Informática e Logística. A Presidência é a responsável pelo planejamento, organização, coordenação e controle das atividades realizadas pela Comissão, bem como, por delegar competências conforme as necessidades de trabalho e gerenciar os recursos financeiros e materiais (UFSC, [200-]a).

A Coordenadoria Pedagógica tem a responsabilidade pela coordenação, elaboração, correção e avaliação das provas. São atribuições desta Coordenadoria: selecionar as bancas elaboradoras e examinadoras; coordenar a elaboração dos programas; supervisionar a elaboração das questões; acompanhar a digitação, correção dos originais, da elaboração da arte final e da impressão das provas; selecionar a banca de correção das redações e questões discursivas do Concurso Vestibular; e, supervisionar a análise e avaliação das provas (UFSC, [200-]a).

A Coordenadoria de Informática é responsável pelas práticas de informatização e pelas estratégias de “manutenção e atualização do parque tecnológico” da COPERVE (UFSC, [200-]a, s/p.).

A Coordenadoria de Logística tem a responsabilidade no que se refere às atividades relativas ao espaço físico, a fiscalização e a segurança dos concursos. São objetivos desta Coordenadoria: a operacionalização do espaço físico, a organização da fiscalização para aplicação das provas, a coordenação das ações de segurança e, a organização do transporte das provas e dos materiais necessários para a realização dos Concursos (UFSC, [200-]a).

Cabe destacar que além do Vestibular para os cursos presenciais e a distância da UFSC, a COPERVE planeja e executa vários outros concursos. No âmbito da Instituição, ela é responsável em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) pelos concursos para a categoria de servidores técnico-administrativos em educação. Realiza também o processo seletivo da Residência Médica e outros vestibulares específicos, como o Vestibular da Licenciatura Educação do Campo e para Licenciatura Indígena. É também responsável pelo sistema de inscrições e processamento dos resultados de concursos para o cargo do Magistério Superior e da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (UFSC, [200-]b).

Fora do âmbito da Instituição, podem ser citados, como exemplo, outros concursos gestados pela COPERVE, como para Secretaria Estadual da Saúde de Santa Catarina, para a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina e o Exame de Certificação da Língua Brasileira de Sinais (PROLIBRAS) (UFSC, [200-]b).

Assim, é possível perceber que as atividades sob a responsabilidade da Comissão Permanente do Vestibular da UFSC vão muito além do significado de sua nomenclatura, pois o Vestibular para os cursos presenciais não é o único certame sob o encargo desta Comissão. Entretanto, com base nos registros da COPERVE (UFSC, [200-]b), cabe destacar que o Vestibular é o de maior dimensão e o que exige maior detalhamento em todo o planejamento no processo de desenvolvimento da sua gestão.

O Vestibular da UFSC faz parte da história da Instituição. Desde o ano de 1970, quando ocorreu o primeiro Vestibular com 2.437 inscritos (UFSC [200-]b), este processo seletivo está presente no calendário acadêmico desta Universidade, sendo que, no Vestibular/2016, 46 anos após o primeiro Vestibular ter ocorrido, o número de inscritos foi de 36.704 candidatos (UFSC, 2016), o que demonstra também os elementos constitutivos do processo histórico de desenvolvimento desta Instituição.

1.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A Universidade Federal de Santa Catarina foi fundada, em 18 de dezembro de 1960, por meio da Lei nº 3.849/1960 (BRASIL, 1960) e tem como missão:

[...] produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2015a, p.22).

A história da Instituição aponta que, antes da Lei nº 3.849/1960 (BRASIL, 1960) ser sancionada pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek, criando a Universidade Federal de Santa Catarina, existiam seis faculdades no Estado, que foram incorporadas à Instituição (LIMA, 2000).

[...] Faculdade de Direito (1932), Ciências Econômicas (1943), Farmácia e Odontologia (1947), Filosofia e Medicina fundadas em 1955 (MORETTI, 1984, p. 17).

Neste contexto, os cursos embrionários da UFSC, ofertados por estas Faculdades (MORETTI, 1984), destinavam-se à área de: Direito, Filosofia, Ciências Econômicas, Farmácia, Odontologia, Medicina e Serviço Social (LIMA, 2000).

A UFSC tem sua principal sede no Bairro da Trindade, em Florianópolis, no *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima, e conta com 11 unidades de ensino: Centro de Ciências Agrárias (CCA); Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Ciências da Educação (CED); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Desportos (CDS); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro Socioeconômico (CSE); e, Centro Tecnológico (CTC) (UFSC, 2015a).

A Universidade conta também com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) e com o Colégio de Aplicação (CA) que, além de atenderem crianças e adolescentes da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, possibilitam a realização de estágios e pesquisas aos alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas (UFSC, 2015a).

Em 2008, após a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)² (BRASIL, 2007b), a UFSC passou a se fazer presente em mais quatro cidades do Estado. No ano de 2009, nas cidades de Curitiba (UFSC, 2008b), Araranguá (UFSC, 2008c) e Joinville (UFSC, 2008a); e, em 2013, em Blumenau (UFSC, 2013). Assim, por meio da política pública de acesso ao ensino superior, a UFSC foi interiorizada, passando a ser constituída por cinco *campi*, incluindo o *Campus* Reitor João David Ferreira Lima, situado na Capital do Estado.

A gestão central da UFSC é realizada por órgãos deliberativos e executivos. Sua estrutura está subordinada aos órgãos deliberativos que são o Conselho Universitário (fórum máximo de deliberação das áreas acadêmicas da Universidade), Conselho de Curadores, Auditoria Interna e Ouvidoria, ambos com função fiscalizadora. Os órgãos executivos são compostos por sete Pró-Reitorias: Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa; Extensão; Administração; Assuntos Estudantis; e, Planejamento e Orçamento. Ainda, entre os órgãos executivos, estão quatro Secretarias: Cultura; Relações Internacionais; Aperfeiçoamento Institucional; e, Gestão de Pessoas. O Gabinete da Reitoria também faz parte dos órgãos executivos (UFSC, 2015a).

A UFSC dispõe nos seus cinco *campi*: 103 cursos presenciais de graduação; 13 cursos de graduação a distância; 30 cursos de pós-graduação em nível de especialização; 72 cursos de pós-graduação em nível de mestrado (58 mestrados acadêmicos e 14 mestrados profissionais); e, 55 em nível de doutorado (UFSC, 2015c).

A população da UFSC envolve aproximadamente 46.000 pessoas entre alunos, servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Esta população está distribuída em: 2.290 servidores docentes, deste número 120 professores

² REUNI é um Programa do Governo Federal que visa ampliar o acesso e a permanência do aluno na educação superior. Tem por diretrizes: reduzir a taxa de evasão; ocupar as vagas ociosas; aumentar o número de vagas para ingresso; revisar a estrutura acadêmica; aumentar a mobilidade estudantil; diversificar as modalidades de graduação; ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil; e, articular da graduação com a pós-graduação e a educação superior com a educação básica. (BRASIL, 2007b).

fazem parte da carreira da Educação Básica, Técnica e Tecnológica. No ano de 2014, a UFSC totalizou com 250 professores substitutos nos diversos segmentos e 3.174 técnico-administrativos em educação. Quanto aos alunos da graduação, 26.455 na modalidade presencial e 2.311 na modalidade a distância. Já, os alunos de pós-graduação somaram um total de 16.325 matriculados, deste total, 7.326 são alunos em nível de especialização; 5.323 em nível de mestrado; e 3.676 em nível de doutorado. Os alunos da educação infantil e do ensino básico totalizaram 1.134 (UFSC, 2015c).

É possível pontuar que a UFSC, diante de seu processo histórico, tem buscado ampliar seu espaço público por meio de ações que possibilitam à sociedade o acesso aos seus cursos de graduação presenciais e a distância (UFSC, [200-]b). Seguramente, é um marco no processo histórico da sociedade catarinense, que a legitima e a desafia diante da sua inter-relação de identidade com a sociedade, como uma instituição universitária.

1.2. UM OLHAR SOBRE O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSIDADE

De acordo com a literatura investigada no presente Estudo, antes do surgimento das universidades, as únicas instituições comparáveis a elas eram os mosteiros, que se dedicavam ao estudo da teologia, filosofia, literatura e eventos naturais. Porém, esses estudos eram feitos sempre sob o ponto de vista da religião. O surgimento das universidades na Europa possibilitou a disseminação do pensamento crítico que culminou com o Renascimento e, mais tarde, o Iluminismo. Duas foram as principais condições que favoreceram o surgimento das universidades, conforme afirma Janotti, (1992, p. 27),

As condições que favoreceram o nascimento das universidades foram duas: social e cultural. E os interesses também foram dois: o da Igreja e o do Estado. As universidades de uma maneira geral surgiram como consequência da atuação concomitante dessas condições e desses interesses.

O ensino superior público brasileiro, passou por um crescimento acelerado entre os anos de 1945 e 1965. Nesse período, o número de estudantes saltou de 21 mil para 182 mil. O início da década de 60 foi marcado por um movimento que almejava reforma do sistema universitário brasileiro. Este movimento teve a participação de professores, pesquisadores e estudantes. Após o Golpe Militar³ de 1964, ainda permanecia o clima de insatisfação entre professores e estudantes universitários (MARTINS, 2009).

Para Martins (2009), a Reforma de 1968 (BRASIL, 1968a) objetivou a modernização e a expansão das instituições públicas. Com esta Reforma (BRASIL, 1968a), as cátedras vitalícias foram abolidas, o regime departamental introduzido, foi propiciada a articulação entre o ensino e a pesquisa, a carreira acadêmica institucionalizada e a titulação acadêmica foi associada ao ingresso e a progressão docente. A abertura do ensino superior privado foi um desdobramento também desta Reforma (BRASIL, 1968), uma vez que as universidades públicas não conseguiram ampliar suas vagas em número suficiente, diante da demanda social.

A década de 80 foi marcada por um período de desaceleração no processo de expansão do ensino superior. Entre os anos 1980 e 1985, houve uma redução de matrículas no setor privado e um crescimento das matrículas no ensino público, como consequência das críticas, do nível de qualidade do ensino privado, advindas de associações profissionais e de alguns segmentos da sociedade civil. O descontentamento do Governo, gerado por estas críticas, fez com que fossem tomadas medidas legais, não permitindo temporariamente aos estabelecimentos de ensino existentes a criação de novos cursos (MARTINS, 2009).

³ Golpe Militar deflagrado contra o governo do Presidente João Goulart. Foi quase unânime o apoio das unidades militares ao Golpe. Houve uma falta de reação do Governo e dos grupos que lhe davam apoio, bem como fracassou a greve geral proposta pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A União Nacional dos Estudantes (UNE) mobilizava as universidades com propostas de transformação social. João Goulart desistiu de um confronto militar com os golpistas e renunciou a qualquer tentativa de resistir (VICENTINO, GIANPAOLO, 2010).

Com vistas ao incremento da formação em nível superior a partir da década de 90, por meio da Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e do Decreto nº 2.306/1997 (BRASIL, 1997), as universidades como instituições de educação superior, independentemente de sua natureza jurídica (pública ou privada), foram incorporadas ao Sistema Federal de Ensino Superior, coordenadas pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC).

Conforme a legislação vigente (BRASIL, 1996, Art. 43), a educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e,

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

De acordo com Vicente e Gianpaolo (2010), a década de 90 foi marcada por uma política neoliberal, que se consubstanciou em diminuir o poder do Estado e ampliar o espaço do mercado, incentivando a política de privatização de estatais e a livre circulação de capitais internacionais.

Para Guissardi (2009, p. 20), isto reflete

[...] décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadorias de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais de interesse coletivo da cidadania.

A lógica da mercadorização do ensino superior, que foi se constituindo a partir da década de 90 com a política neoliberal, cria enormes desafios para a universidade pública devido essencialmente à racionalidade financeira advinda da política pública. A universidade pública é vista como dispendiosa aos olhos do Estado, afetando diretamente sua identidade, sendo exigida a ter comportamentos mercadológicos na relação com a sociedade, como uma organização qualquer (CHAUÍ, 2003).

Para Chauí (2003), o processo histórico da instituição universidade a legitima como uma instituição social que almeja a universalidade e tem como base a valorização da sociedade, diferentemente de uma organização, que tem como referência somente a si mesma e a disputa para sua permanência no mercado. Enquanto a instituição busca a universalidade e se compreende na divisão social, a organização compreende e visualiza a si mesma no seu espaço e tempo particulares.

Mediante este contexto, para Santos (2011), a universidade pública, no final do Século XX, entrou em crise de hegemonia, de legitimidade e institucional. Crises estas que proporcionam uma reflexão na existência da instituição

universidade pública e seu significado na relação com a sociedade. Para o autor (SANTOS, 2011), as três crises estão intimamente ligadas e devem ser enfrentadas conjuntamente.

A crise de hegemonia é aquela em que a universidade passa a enfrentar ao deixar de ser a única instituição responsável pelo ensino superior, passando a dividir sua existência com instituições de ensino privado, até então não representativas no contexto social. Com a racionalização financeira das universidades públicas, na década de 90 há um forte incremento por parte do Estado como Política Pública, de criação e desenvolvimento de instituições de ensino superior no âmbito privado.

Neste contexto de relação da universidade pública com a sociedade, na perspectiva de Santos (2011) tem-se a crise de legitimidade, que é fruto das exigências e da política de democratização da universidade, e da reivindicação de igualdade de oportunidades para os filhos de classes populares. A universidade não se sente mais legítima no contexto social.

A crise institucional perpassa pela sua identidade perante a sociedade. De acordo com Santos (2011, p.10),

[...] resulta da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objetivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social.

Neste início de terceiro milênio, muitos são os desafios enfrentados pelas universidades públicas para superar as crises pontuadas por Santos (2011), vivendo o dualismo de buscar ser uma instituição social diante dos dilemas apontados pela sociedade regida pelo mercado (BÚRIGO, 2003).

Nesta perspectiva de instituição social (CHAUÍ, 2003), diante do processo de interação com a sociedade, a Política Pública Educacional é fundante neste contexto. Porém, de acordo com Búrigo (2003), a universidade vive uma relação de contradição com a sociedade, pois, ao mesmo tempo em que a legítima, é opositora a ela. Esta relação de contradição se

fundamenta na liberdade acadêmica que a constitui, bem como ao seu processo de gestão universitária.

1.3 GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Nos primórdios, com o advento da Revolução Industrial (1760/1900), a ciência da administração era restrita às empresas e indústrias, pois precisavam atender as demandas do desenvolvimento social e econômico da época. Com o transcorrer dos anos, teorias administrativas foram surgindo e se expandindo “para além do piso da fábrica adentrando os setores sociais” (RIBEIRO, 2013, p.43).

O termo gestão é originado do latim e significa ação ou resultado de gerir, administração ou gerência (AULETE, 2007). A concepção de gestão surgiu em diferentes momentos históricos, na realidade concreta dos diversos setores da sociedade (RIBEIRO, 2013). Para as organizações/instituições, a gestão é uma ferramenta de grande valor e são os gestores responsáveis pela tomada de decisões que podem impactar de maneira positiva ou negativa no espaço que está sob sua responsabilidade (GOMES *et al*, 2013).

De acordo com os autores (GOMES *et al*, 2013, p.237),

[...] a gestão é uma atividade eminentemente social que deve ser vista como uma questão de contexto e historicidade, que não pode ser apreendida sem ser vivenciada e que todo sentido atribuído depende de como somos.

Em setores como na educação, a gestão tem sido motivo de reflexões, debates e iniciativas públicas (CURY, [200-]). Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996, Art.14), é atribuição dos sistemas de ensino a definição das normas da gestão,

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades [...]

A gestão democrática preconizada pela LDB (BRASIL, 1996), tem por pressuposto possibilitar o diálogo e buscar caminhos entre as pessoas com vistas a atingir os objetivos e solucionar conflitos existentes no processo da prática da gestão. Está voltada para que as decisões sejam tomadas baseadas na participação e no compartilhamento (CURY, [200-]).

Para o autor (CURY, [200-], p. 22),

[...] a gestão democrática expressa um anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade democrática. Por isso a gestão democrática é a gestão de uma administração concreta.

O atual cenário mundial e as significativas mudanças vivenciadas pela sociedade, de maneira bastante acelerada, exige que os gestores atuem com a participação de todos os envolvidos, valorizando cada indivíduo nas organizações/instituições (BÚRIGO; LOCH, 2011).

De acordo com Búrigo e Loch (2011, p.212),

Há uma tendência de não mais administrar pessoas, como preconizava a clássica teoria da administração, mas sim administrar com as pessoas, envolvendo-as no processo de decisão das organizações/instituições.

A gestão universitária é um processo que se delinea também a partir das diretrizes da Política Pública Educacional. Porém no contexto da gestão com as pessoas, de forma coletiva e colaborativa, se faz necessário ter clareza que universidade estamos construindo e que universidade desejamos construir, tendo clara qual a concepção que temos da Instituição Universidade.

A LDB define as universidades como: “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, Art.52).

A instituição universidade, de acordo com a literatura investigada no presente Estudo, é um espaço de diversidade e possui o envolvimento de um grande número de pessoas, fato

que impõe aos seus gestores inúmeros desafios para que cumpram efetivamente seu papel no desenvolvimento da Instituição.

Com base em Chauí (2003), concebo a universidade pública como uma instituição social e como tal deve representar a sociedade. Está estruturada com normas, regras e ordenamentos próprios como uma instituição democrática e republicana. Nesta perspectiva de instituição social, a gestão de uma universidade pública difere da gestão de qualquer outra organização/instituição.

Tratando-se de uma Instituição social, a universidade pública necessita ter clareza da sua função, da sua existência e da sua posição no contexto da sociedade onde está inserida. Já, uma organização social busca vencer a competitividade do mercado diante de outras organizações e adquirir seu espaço na sociedade com vistas à lucratividade (CHAUI, 2003).

Isto posto, considerando o processo histórico do acesso aos cursos de graduação da UFSC, é perceptível a relevância do processo da gestão na política de acesso, proveniente de ações que buscam constituir uma Política Institucional.

2 A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR HISTÓRICO

Em 1911, por meio da Lei nº 2.356/1910 (BRASIL, 1910), é instituído o exame de admissão para ingresso nos cursos superiores destinado aos Institutos de Ensino Superior e Fundamental. Para cursar as então faculdades existentes à época, havia provas orais e escritas, elaboradas pelos próprios professores dos cursos de graduação e não existia um número de vagas pré-fixado. O exame era somente classificatório, tinha o objetivo de verificar se os candidatos possuíam condições para dar continuidade aos estudos (BRASIL, 1911). A referida Lei (BRASIL, 1910) foi regulamentada por meio do Decreto nº 8.659/1911 (BRASIL, 1911, Art. 65), que expõe:

Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjuncto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade.

§ I. O exame de admissão a que se refere este artigo constará de prova escripta em vernaculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias;

§ II. A commissão examinadora será composta, a juízo da Congregação, de professores do proprio instituto ou de pessoas estranhas, escolhidas pela Congregação, sob a presidencia de um daquelles professores, com a fiscalização, em ambos os casos, do director e de um representante do Conselho Superior.

A Reforma Carlos Maximiliano, no ano de 1915, por meio do Decreto nº 11.530/1915 (BRASIL, 1915), reorganizou o ensino secundário e superior no período da República e instituiu a Universidade no Brasil e o Vestibular que, até então, era denominado de exame de admissão. O Vestibular se tornou obrigatório para que alguém pudesse acessar o ensino superior, limitando a idade mínima de 16 anos, para realização da

matrícula. O exame de Vestibular compreendia prova escrita e oral e a avaliação do exame era realizada por professores do Colégio Pedro II⁴ ou de Instituto Estadual a ele equiparado ou por professores de incontestável competência sob a presidência do professor da academia. Ficou estipulado, também, que o exame deveria acontecer no mês de janeiro.

O significado etimológico da palavra Vestibular é originado do latim *vestibulum* e o termo significa entrada. É relativo a vestíbulo, peça que ficava na entrada das casas onde as pessoas retiravam suas roupas de rua ao chegar e vestiam ao sair. O termo também passou a designar a entrada de prédios. O significado do termo deu origem à palavra vestibular que significa entrada no ensino superior (AULETE, 2007).

O primeiro Vestibular da UFSC ocorreu no ano de 1970, sendo realizado anualmente. No Vestibular/1970, foram oferecidas 1.200 vagas e tiveram 2.437 inscritos. O acesso era para quatro áreas de conhecimento: Ciências Biológicas; Ciências Físicas; Ciências Humanas e Sociais; e, Artes e Comunicações. No mesmo ano, acontece o primeiro vestibular Único e Unificado do Brasil⁵ (UFSC, [200-]b).

Na década de 70, o Brasil vivenciava um período de ditadura que havia se instaurado após o Golpe Militar de 1964 e se estendeu por 21 anos. Na área econômica, ocorreu o denominado milagre econômico. O aval do governo norte-americano ao Regime Militar (1964/1985) e as baixas taxas de juros do mercado internacional facilitaram o advento do milagre econômico, em comento (VICENTINO, GIANPAOLO, 2010).

A situação vivenciada pelo País refletiu significativamente nas universidades, sendo que a Reforma Universitária de 1968 (BRASIL, 1968a) estava no início de sua implantação. A Reforma visava principalmente à expansão e à modernização das instituições públicas, priorizando as federais. O modelo

⁴ É um dos colégios públicos, de ensino básico, mais tradicionais do País. Sua fundação data de dezembro de 1837. Passou por períodos de expansão e modernização. Atualmente, com quase 180 anos de existência, está equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, [200-]a).

⁵ O vestibular único e unificado consistia em ter regras únicas para o Vestibular em todo o território nacional cumprindo o que havia sido previsto na Reforma Universitária de 68 (BRASIL, 1968a).

implantado não conseguiu atender satisfatoriamente a crescente demanda que buscava o acesso ao ensino superior, o que possibilitou condições para o surgimento do ensino superior privado, que se estruturou como empresas educacionais que visavam ao lucro e o atendimento da demanda do mercado (MARTINS, 2009).

Também, neste cenário nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se mobilizava insistindo em reformas de base. O movimento estudantil, mesmo sendo vítima da repressão, fruto do Regime Militar, buscava espaço para repensar a universidade e, nesta mesma instância, a sociedade. Isto posto, Mendonça (2000, p.147) afirma que,

Um primeiro impacto do golpe militar de 1964 sobre os rumos da universidade brasileira foi, sem dúvida, o de conter o debate que se travava no momento anterior e isso se fez através da intervenção violenta nos *campi* universitários, do expurgo no interior dos seus quadros docentes, da repressão e da desarticulação do movimento estudantil.

Neste período, a inscrição para o Vestibular permitia ao candidato o direito a escolha de quatro opções de curso. Com vistas ao incremento econômico, a opção para o curso de Agronomia permitia concorrer benefícios contemplados na Lei nº 5.465/1968 (BRASIL, 1968b), com a comprovação de residência em zona rural, candidato agricultor ou filho de agricultor:

[...] os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras [...] (BRASIL, 1968b, Art. 1º).

Em 1975, a UFSC ofereceu 1.810 vagas, 905 por semestre. Já, em 1976, este número passou a ser de 1.960, 980 a serem preenchidas pelos aprovados em cada semestre letivo. Nos anos de 1977 e 1978, a UFSC realizou seu Vestibular juntamente com a Associação Catarinense das Fundações

Educacionais (ACAFE) (UFSC, [200-]b). No Vestibular/1979, foi introduzida no sistema de avaliação a prova de redação (BRASIL, 1977).

Durante toda a década de 80 o Vestibular Único e Unificado era a forma de ingressar nos cursos de graduação da UFSC. O número de vagas oferecidas no decorrer desse período sofreu pouquíssimas alterações. Em 1980 eram 2.745 as vagas oferecidas, o que significou um aumento no número de 1.545 unidades entre o Vestibular/1970 e o Vestibular/1980. Já na década de 80, houve um aumento de somente cinco vagas no Vestibular de 1986. Permanecendo até o final desta década, com o oferecimento de 2.750 vagas (UFSC, [200-]b).

Outros aspectos também merecem destaque na década de 80: o candidato passou a ter o direito de escolher apenas duas opções de curso no momento da inscrição; no Vestibular/1981 foi permitido ao candidato que, ao optar pelo curso de Educação Física, teria o direito de uma 3ª opção, para ser utilizada como 2ª opção, no caso de ser considerado inapto na verificação de Habilidade Específica; e, a 2ª opção de curso deveria recair, obrigatoriamente, em curso da mesma área da 1ª opção. No Vestibular/1987, os benefícios da Lei nº 5.465/1968 (BRASIL, 1968b), para a opção do curso de Agronomia, deixaram de ser contemplados.

A década de 90 inicia com um decréscimo de dez vagas, o número de matrículas oferecidas pela Instituição passa a ser de 2.740. Já nos anos de 1991 e 1992, as vagas oferecidas tiveram um acréscimo, passando a ser de 3.069 e 3.182 vagas, respectivamente. Em alguns dos anos seguintes, até o final dessa década, aconteceram acréscimos e decréscimos no número de vagas. Entretanto, no Vestibular/1999, foram oferecidas 3.671 matrículas, o que significou um acréscimo de 931 vagas no decênio (UFSC, [200-]b).

Ainda, no mesmo decênio, outras alterações significativas ocorreram: no Vestibular/1996 houve concessão de isenção de pagamento da taxa de inscrição do Vestibular a toda e qualquer pessoa que estivesse lecionando na rede pública de ensino no Estado de Santa Catarina, que não tivesse diploma de curso superior e que prestasse Vestibular para os cursos de licenciatura, bem como concessão de isenção do pagamento da taxa para candidatos que comprovassem impossibilidade de pagamento, mediante comprovação socioeconômica. No

Vestibular/1998, as provas passam a ser aplicadas no período vespertino e foram antecipadas para o mês de dezembro (UFSC, 1999).

A introdução de uma nova opção denominada 1-a para os candidatos dos cursos da Área Tecnológica foi outra alteração significativa no Vestibular de 1998, foi inserida a partir da sugestão de professores da área tecnológica. A 2ª opção ainda foi mantida para esses candidatos. Dois anos após, no Vestibular/2000, a mesma forma de opção foi estendida para os cursos da área de Letras e da área de Agronomia, mas ainda foi mantida a 2ª opção para os candidatos desses cursos (UFSC, [200-]b).

A opção 1-a consiste em possibilitar, aos candidatos dos cursos da área tecnológica e de letras, outra opção como se constata a seguir:

A classificação dos candidatos em cada curso dar-se-á na ordem decrescente da Nota Final obtida, com observância do que segue:

I – A relação dos candidatos classificados, bem como a lista de espera, será estabelecida respeitando-se a opção 1, exceto para os cursos relacionados nas letras “a” e “b” do item 2.8.1.

II – Para os candidatos aos cursos listados nas letras “a” e “b” do item 2.8.1, far-se-á a relação dos candidatos classificados, dentro do limite de vagas, da seguinte forma: a) 50% (cinquenta por cento) das vagas anuais (quando não for inteiro, arredonda-se para o inteiro posterior) serão preenchidas respeitando-se a opção 1 dos candidatos; b) as vagas seguintes serão preenchidas considerando-se todos os candidatos inscritos na opção 1 e opção 1-a, em igualdade de condições, excluídos aqueles já classificados no item “a”; c) após a identificação dos candidatos classificados observando-se o disposto nos itens “a” e “b”, far-se-á a relação definitiva, reorganizando-se os candidatos na ordem decrescente da nota final; e, d) os candidatos que comporão

a lista de espera serão classificados segundo o previsto no item “b” deste inciso. 7. (UFSC, 2014a, 7.5).

No início do Século XXI, o Governo Federal apresenta propostas de ampliação do acesso ao ensino superior. Já, no ano de 2009, o ENEM (BRASIL, 2009a) deixa de ser somente um exame com o objetivo de verificar as competências e habilidades dos alunos que concluíram ou estão em vias de concluir o ensino médio, passando a pontuação obtida pelo participante a ser instrumento de seleção para ingresso em IES. Diante desta alteração em relação ao ENEM (BRASIL, 2009a), o Vestibular deixa de ser a única forma de ingresso nas universidades públicas. A UFSC, até o ano de 2016 (UFSC, 2015f), ainda mantém o Vestibular para o ingresso em 70% das vagas dos seus cursos de graduação.

Outra ação como diretriz da política de acesso ao ensino superior na UFSC foi a adesão ao Programa de Ações Afirmativas (PAA), adotado pela Instituição para o Vestibular/2008 (UFSC, 2007). No ano em que a UFSC implantou o Programa (UFSC, 2007), não era obrigatório por Lei que as instituições fizessem algum tipo de reserva de vagas. O PAA foi aprovado pelo Conselho Universitário (CUUn) no ano de 2007, por meio da Resolução Normativa nº 008/CUn/2007 (UFSC, 2007) que assim o definiu:

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade (UFSC, 2007, Art. 1º).

O PAA reserva 20% das vagas de todos os cursos e turnos para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e ensino médio em escolas da rede pública. Reserva também 10% para estudantes pertencentes ao grupo racial negro, prioritariamente de escolas públicas, além de vagas

suplementares para estudantes pertencentes a povos indígenas⁶ (UFSC, 2007).

No Vestibular/2013, o Programa de Ações Afirmativas da UFSC foi alterado em razão da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a) e do Decreto nº 7.824/2012 (BRASIL, 2012b). Com o advento da legislação em comento (BRASIL, 2012a; BRASIL, 2012b), os 10% das vagas em cada curso para candidatos negros e dez vagas suplementares para candidatos indígenas, foram mantidos. Houve alteração no percentual das vagas destinadas aos candidatos oriundos de escola pública. O Edital 07/COPERVE/2012 (UFSC, 2012) normatizou a ocupação das vagas aos cursos de graduação destinadas ao PAA/UFSC, estipulou que do total de vagas por curso, 20% foram destinadas a esta categoria e estratificadas nas seguintes subcategorias:

Os 30% de vagas destinadas ao PAA/UFSC serão distribuídas da seguinte forma:

I - 20% das vagas de cada curso/turno para atendimento da Lei 12.711/2012, assim subdivididas:

I.1 - 10% para candidatos oriundos de famílias com renda per capita bruta de até 1,5 salário mínimo, das quais: a) 16% são destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; b) 84% são destinadas aos demais candidatos.

I.2 - 10% para candidatos oriundos de famílias com renda per capita bruta maior que 1,5 salário mínimo, das quais: a) 16% são destinadas a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; b) 84% são destinadas aos demais candidatos.

II - 10% das vagas de cada curso/turno para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (UFSC, 2012, 1.1).

⁶ As vagas suplementares para os indígenas também foi uma iniciativa da própria Universidade. Foram implantadas inicialmente cinco vagas no Vestibular/2008 aumentando de forma gradual até dez vagas no Vestibular/2013 (UFSC, 2007).

Além do PAA, outras ações também têm buscado ampliar o acesso dos estudantes aos cursos de graduação da Instituição. Entre estas ações estão: a aplicação das provas em número cada vez maior nas cidades do Estado de Santa Catarina (SC), na tentativa de diminuir o deslocamento dos candidatos⁷ e valor diferenciado na taxa de inscrição, de somente 50%, para os candidatos que realizam o Vestibular para um dos cursos de Licenciatura (UFSC, 2014a).

A UFSC, no Vestibular/2010, iniciou a contabilização da nota da prova objetiva do ENEM (UFSC, 2009). O candidato passou a ter o direito a um percentual ponderado de 20% da pontuação do Vestibular, para tanto necessitava solicitá-la no ato de inscrição no Vestibular. A contabilização somente era efetuada quando resultasse em melhor pontuação final ao candidato. A partir do Vestibular/2012, o percentual para contabilização do ENEM (UFSC, 2009) foi majorado para 30% (UFSC, 2011). No Vestibular/2016 (UFSC, 2015f), em razão da adesão ao SISU (BRASIL, 2010) a contabilização da nota da prova do ENEM (UFSC, 2009), deixou de ser considerada.

Em consonância ao processo de ampliação do acesso aos cursos de graduação, para vagas remanescentes, ou seja, não preenchidas, por meio do Vestibular, a COPERVE efetua a chamada de candidatos considerando somente a nota da prova objetiva do ENEM (UFSC, 2009).

O Vestibular/2015 para o preenchimento das 6.511 vagas oferecidas nos cursos presenciais da UFSC foi realizado em uma etapa com três dias de provas, mantendo o PAA e atribuindo a pontuação do ENEM (UFSC, 2009) no cômputo da média final do candidato, caso ela gere benefício para o mesmo. Também para os cursos presenciais a Instituição continua destinando 16 vagas suplementares para estudantes pertencentes a povos indígenas (UFSC, 2014a).

No Vestibular/2016, a UFSC adere ao SISU (BRASIL, 2010) com um percentual de 30% das vagas oferecidas nos cursos presenciais de graduação. A inclusão foi aprovada com base no relatório de um grupo de trabalho, instituído por meio da Portaria nº 303/PROGRAD/2014 (UFSC, 2014b). O grupo de

⁷ No Vestibular /2016, a COPERVE aplicou as provas em 18 cidades, além da Grande Florianópolis que abrange Florianópolis, Biguaçu, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e São José (UFSC, 2015f).

trabalho foi designado para estudar a avaliação de novas modalidades de ingresso na Universidade. A aprovação pelo Conselho Universitário em aderir ao SISU (UFSC, 2015d) demonstra a intenção da UFSC, como Política Institucional, de ampliar, como reflexo da Política Pública Educacional, a forma de acesso aos seus cursos de graduação, não se restringindo apenas ao Vestibular.

Diante do processo histórico do Vestibular e da Política Institucional de acesso ao ensino superior, as provas do Vestibular também vivenciaram um processo de transformação, como instrumento pedagógico deste contexto.

Na década de 70, as provas do Vestibular da UFSC eram aplicadas em quatro dias, no turno matutino, com três horas de duração, e estavam, assim, distribuídas: 1ª) Comunicação e Expressão (Redação, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Língua Estrangeira); 2ª) Física e Matemática; 3ª) Estudos Sociais (História, Geografia e Organização Social e Política do Brasil (OSP)); e, 4ª) Química e Biologia (UFSC, [200-]b).

Ainda na década de 70, para concorrer a uma vaga para os cursos de Educação Física e de Arquitetura, era exigido um Teste de Habilidade Específica. Para a prova de Comunicação e Expressão, as Línguas Estrangeiras oferecidas eram: Inglês, Alemão ou Francês. A Prova de Redação foi introduzida a partir do Vestibular/1979 (UFSC, [200-]b).

No decorrer dos anos de 1980, ocorrem alterações significativas de ordem pedagógica. Já no primeiro vestibular da década, Vestibular/1980, o Teste de Habilidade Específica para o candidato do curso de Arquitetura deixou de ser exigido. Mas, a alteração mais significativa foi a introdução de questões abertas, discursivas (UFSC, 1999) e de questões de proposições múltiplas, também conhecidas como questões de somatório. Essa alteração aconteceu no Vestibular/1982 (UFSC, [200-]b) e, até o Vestibular/2016 (UFSC, 2015f), elas se mantiveram.

No Vestibular/1984, houve o acréscimo dos idiomas de Espanhol e de Italiano no elenco de Línguas Estrangeiras oferecidas na prova de Comunicação e Expressão. No Vestibular/1988, o Teste de Habilidade Específica para a opção no curso de Educação Física deixou de ser exigido, passou a ser necessária somente a apresentação de atestado médico no qual fosse comprovada a aptidão de atividade física (UFSC, [200-]b).

No decorrer da década de 90, também foram registradas alterações significativas de cunho pedagógico, entre elas, a inclusão da Prova de Desenho, de caráter classificatório, para os cursos de Agronomia, de Arquitetura e Urbanismo e de Engenharias que aconteceu já no primeiro Vestibular da década; para o curso de Educação Física, não era mais solicitada a apresentação de atestado médico; a Prova de Estudos Sociais passou a ser composta por somente duas disciplinas, História e Geografia, cada uma, deixando de integrar esta prova a disciplina de OSPB (UFSC, [200-]b).

No Vestibular/1993, passa a ser atribuído peso três nas disciplinas indispensáveis para o desempenho do candidato no decorrer do curso de sua escolha, sendo que a atribuição deste peso deixa de existir dois anos após, ou seja, no Vestibular/1995 (UFSC, [200-]b).

A introdução do cálculo do acerto parcial nas questões de proposição múltipla foi outra alteração significativa introduzida no Vestibular/1998.

A pontuação do candidato era feita por meio de uma fórmula e deveria cumprir as seguintes regras:

Nas questões com uma ou duas proposições verdadeiras, eram pontuadas as respostas que identificassem uma ou duas proposições verdadeiras, sem que houvesse inclusão de qualquer proposição falsa.

Nas questões com mais de duas proposições verdadeiras, foram pontuadas as respostas que identificassem desde duas até o total de proposições verdadeiras, sem que houvesse inclusão de qualquer proposição falsa.

A pontuação (P) em cada questão de proposições múltiplas, quando não houvesse inclusão de qualquer proposição falsa, foi calculada pela fórmula:

$$P = \frac{(n - i + j)}{n}$$

Onde: n – representou o número de proposições da questão;

i – representou o número de proposições verdadeiras da questão;

j – representou o número de proposições verdadeiras da questão, identificadas pelo candidato;

O resultado era considerado com duas casas decimais, observadas as normas de arredondamento (UFSC, 1999, p.01).

O Século XXI inicia com o Vestibular/2000 sem alterações. Já no Vestibular/2001, algumas alterações ocorreram: houve a mudança no sistema de classificação, com base não mais no escore padronizado, mas sim na pontuação que é obtida pela soma das pontuações das questões de cada disciplina. A escala de pontos utilizada na prova de Redação é de zero a 12 e a nota mínima que o candidato necessitava para concorrer à classificação era de 3,60 pontos. Um aspecto relevante a ser mencionado em relação ao Vestibular/2001 é que, pela primeira vez, foi concedido o tempo extra de uma hora para os portadores de necessidades especiais realizarem as provas (UFSC, [200-]b). Essa concessão foi introduzida respaldada por meio do Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999, Art. 40),

§ 2º - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

O Vestibular/2004 foi marcado pela redução de três para dois dias de aplicação das provas. Essa aplicação das provas em dois dias perdurou por somente dois vestibulares, pois, no Vestibular/2006, as provas voltaram a ser aplicadas em três dias (UFSC, [200-]b).

As provas do Vestibular/2006 foram marcadas por uma alteração significativa de ordem pedagógica. A inclusão de três questões discursivas (UFSC, 2005). Essa inclusão foi implementada a partir de sugestões do Seminário Reavaliando o Processo Vestibular da UFSC, o qual contou com a participação

da comunidade universitária e de educadores do ensino médio das redes particular e pública. O Evento contou com a realização de palestras sobre avaliação do processo ensino aprendizagem e com a vivência de diferentes experiências relativas ao processo seletivo de IES. Foi promovido pela COPERVE juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) e realizado em abril de 2005 (UFSC, [200-]b).

Outra alteração significativa no Vestibular/2006 foi a mudança na fórmula da pontuação das questões de proposição múltipla. A inclusão de uma proposição incorreta, assinalada pelo candidato, não mais teria pontuação zero na questão (UFSC, 2005b).

O Vestibular/2012 teve como principal marco o oferecimento de todas as provas traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como sua inclusão como opção de segunda língua, o que, por consequência, ampliou as opções de segunda língua, que passaram de cinco para seis opções (Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano e Libras). Para os candidatos que fazem a opção por realizar as provas traduzidas para a Libras, obrigatoriamente, terão a Língua Brasileira de Sinais como prova de primeira língua e a Língua Portuguesa, como segunda língua (UFSC, [200-]b).

Os registros da COPERVE apontam que a inclusão do candidato portador de necessidade especial tem sido uma constante preocupação no que se refere ao acesso aos cursos de graduação. Tempo adicional para realização das provas, provas traduzidas para LIBRAS, provas transcritas para o Braille, entre outras ações, desde longa data se fizeram presentes no Vestibular da Instituição (UFSC, [200-]b; [200-]d).

Algumas destas ações de inclusão vêm em consonância com a Política Pública Educacional, outras antecedem a obrigatoriedade legal, como iniciativas da própria Instituição. O importante, neste contexto, é destacar que a UFSC tem buscado caminhos para enfrentar os desafios da sociedade atual, bem como, no que se refere às necessidades educacionais específicas para o acesso dos portadores de necessidades especiais aos cursos de graduação da Instituição.

Neste contexto, corroboro com Souza (2014, p.58):

[...] uma instituição de ensino que se pretende inclusiva, precisa valorizar a

diversidade e procurar suprir as necessidades de todos e de cada um que compõem os espaços educacionais, adaptando-se a atender às necessidades educacionais específicas de cada aluno e não exigir que o aluno se adapte às condições por eles encontradas.

De acordo com os registros da COPERVE, até o Vestibular/2016 (UFSC, 2015f), é possível observar que as alterações que vêm sendo implementadas buscam sempre o aprimoramento do processo e da avaliação, bem como a inclusão do candidato (UFSC, [200-]b).

Entretanto, mesmo tendo por essência a avaliação e a seleção dos candidatos que almejam cursar graduação nesta Universidade, o Vestibular foi ampliando sua concepção no processo de acesso ao ensino superior por meio de ações que possibilitam a inclusão de um número cada vez maior de alunos, frutos também dos reflexos da Política Pública Educacional.

3 A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

De acordo com Heidmann (2014), a política pública é iniciativa de governos, que atuam oficialmente em nome de cidadãos. Visa assegurar determinados direitos de cidadania por meio de ações desenvolvidas pelo governo. Para Heidmann, “a definição de política pública inclui, ao mesmo tempo, dois elementos-chave, a saber: *ação* e *intenção*” (HEIDEMANN, 2014, p. 33). A política pública pode até existir sem uma intenção explícita, mas jamais acontecerá se não existirem ações que materializem uma intenção ou propósito.

O processo histórico da Política Pública Educacional, essencialmente no que tange o acesso ao ensino superior, está imbricado com o desenvolvimento social e econômico do País (FÁVERO, 2006).

Com vistas ao acesso ao ensino superior, cabe destacar, no processo histórico da Política Pública Educacional, a Lei nº 5.540/68, (BRASIL, 1968a), que, além de outras providências, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

Fávero (2006, p. 34) coloca que:

Entre as medidas propostas pela Reforma, com o intuito de aumentar a eficiência e a produtividade da universidade, sobressaem: sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação.

Até essa data, o Vestibular era eliminatório. O aumento da procura, que ultrapassou o número de vagas disponíveis, fez com que este número passasse a ser pré-fixado. Os candidatos excedentes mobilizaram-se em um movimento nacional, que resultou na implementação da Lei nº 5.540/68, (BRASIL, 1968a) passando a instituir o sistema classificatório.

Entretanto, o problema não foi totalmente solucionado, pois havia ainda muitos candidatos excedentes. O Ministério da Educação autorizou então a abertura de um grande número de faculdades privadas. O Vestibular unificado e classificatório tinha

duas principais finalidades, racionalização do número de vagas e ingresso para uma área e não para um determinado curso. De acordo com Fávero (2006, p.34),

Quanto ao vestibular unificado e classificatório, verifica-se que, no momento de sua implantação, exerceu dupla finalidade: racionalização no aproveitamento do número de vagas e admissão do ingresso não para determinado curso, mas para determinada área de conhecimento. A introdução do vestibular unificado como recurso para tornar mais racional a distribuição de vagas vai se revelar problemática poucos anos depois.

No início da década de 70, foi constituída a Comissão Nacional do Vestibular Unificado (CONVESU), com vistas a contribuir com a Reforma de 68 (BRASIL, 1968a), objetivando ampliar o acesso ao ensino superior (OLIVEIRA, 1985). A CONVESU tinha por atribuição, segundo Oliveira (1985, p. 14),

examinar a possibilidade de um Vestibular unificado por área de conhecimento em cada distrito geo-educacional; estudar a uniformização de programas a serem exigidos no Vestibular; estimular a utilização de computadores na correção de provas e classificação dos candidatos; estudar a possibilidade de uniformizar taxas de inscrição de Vestibular em cada distrito geo-educacional; e, examinar a possibilidade da aplicação de novos métodos de verificação, não só de conhecimento, mas principalmente de habilidades como paradigmas para o acesso ao Ensino Superior e garantir, também, – isto com muita ênfase – a adequação do nível de complexidade das provas do Vestibular àquilo que seria uma regular escolarização do segundo grau.

De acordo com Oliveira (1985), a CONVESU referenciou a importância da adequação do nível das provas ao conteúdo

ministrado no segundo grau. Antes do trabalho da referida Comissão (OLIVEIRA, 1985), cada universidade fazia o seu próprio conteúdo de prova e exigia dos candidatos a matéria que julgava pertinente. Para Oliveira (1985, p. 15),

[...] cada curso das universidades não apenas faziam o seu próprio vestibular, mas exigiam dos alunos a matéria que queriam, mesmo que esta matéria não fosse lecionada no ensino regular de 2º grau. [...] O vestibular costumava solicitar matéria impossível de ser lecionada no ensino regular de 2º grau, o que contribuiu ainda mais para que este se esfacelasse e desistisse de sua missão formativa, entregando-a, através de famigerados convênios, aos cursinhos.

O Vestibular da década de 70 teve como principal característica ser somente classificatório deixando de ser eliminatório, o que representou não somente uma política para acabar com os excedentes, mas um momento de abertura de acesso ao ensino superior (OLIVEIRA, 1985).

Em 1996, a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) passou a permitir que, cada instituição, escolhesse sua própria forma de ingresso. Muito embora esta Lei (BRASIL, 1996) disponha autonomia às Universidades para escolher sua forma de ingresso, várias instituições públicas mantiveram seu Vestibular.

A partir de 1998, o Vestibular deixa de ser a única forma de acesso ao ensino superior, com o surgimento do ENEM (BRASIL, 1998) e, posteriormente com o SISU (BRASIL, 2010).

O ENEM foi instituído por meio da Portaria MEC nº 438/1998, (BRASIL, 1998) com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da Educação Básica⁸, buscando contribuir para a melhoria do nível de qualidade deste nível de escolaridade. Os dados obtidos por meio do Exame são utilizados para verificação e acompanhamento do nível de qualidade do ensino médio no País, como referência para

⁸ Educação Básica, de acordo com a Lei 9494/96, é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996, Art 21).

reformulações do currículo, implementação de políticas públicas e de critérios para programas governamentais.

A partir de 2009, o ENEM (BRASIL, 1998) passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior (BRASIL, 2009a). Foram implementadas mudanças no Exame visando contribuir para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para fomentar a reestruturação dos currículos do ensino médio.

De acordo com a Portaria INEP⁹ nº 109/2009 (BRASIL, 2009, Art. 2º), é objetivo do ENEM (BRASIL, 2009a),

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho.

O Sistema de Seleção Unificada - SISU (BRASIL, 2010), faz parte do Programa Universidade para Todos (BRASIL, 2005). Neste sistema são oferecidas vagas aos participantes do ENEM (BRASIL, 2009a) nas instituições públicas de ensino superior. Para o ingresso pelo SISU, é obrigatório que o candidato realize as provas do ENEM.

Os participantes do ENEM (BRASIL, 2009a) podem buscar vagas nos cursos de graduação das instituições públicas de ensino superior participantes do SISU (BRASIL, 2010) de acordo com a pontuação que obtiveram no Exame. O ENEM (BRASIL, 2009a) é oferecido anualmente a todos os interessados que concluíram ou estão em vias de concluir o ensino médio. Já, o SISU (BRASIL, 2010) oferece às instituições públicas interessadas, dois cadastramentos anuais, um para oferecimento de vagas para o primeiro semestre e outro para as vagas do segundo semestre.

Atualmente, o ENEM (BRASIL, 2009a) busca se consolidar como forma de ingresso para as IES por meio do SISU (BRASIL, 2010), sendo que muitas já estão deixando de realizar seus

⁹ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

vestibulares e os substituindo por este Sistema. Conforme dados do INEP (BRASIL, [200-]e), para o primeiro processo seletivo do SISU/2016, 131 instituições públicas de ensino superior aderiram ao Sistema (BRASIL, 2010) integral ou parcialmente.

O PROUNI foi instituído por meio da Lei nº 11.096/2005 (BRASIL, 2005), como uma forma de acesso ao ensino superior, que tem por objetivo conceder bolsas de estudos integrais e parciais para estudantes realizarem cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. As bolsas parciais poderão ser de 50% ou 25% e para pleitear este benefício o estudante não pode possuir diploma de curso superior.

O estudante é pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do ENEM (BRASIL, 2009a) e, na etapa final, pela instituição de ensino superior segundo seus próprios critérios. As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda máxima mensal *per capita* de 1,5 salários mínimos (BRASIL, 2005).

Já, as bolsas parciais visam atingir estudantes que possuem renda familiar *per capita* de até três salários mínimos. As bolsas são destinadas a estudantes que: tenham cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral e/ou que são portadores de necessidades especiais e/ou para professores da rede pública de ensino – neste último caso, apenas para cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia destinados a formação do magistério da educação básica, independentemente da renda mensal *per capita* (BRASIL, 2005).

Caso as bolsas não consigam ser preenchidas pelos critérios indicados (BRASIL, 2005), elas serão fornecidas apenas com base nos critérios de renda. Até 10% das bolsas podem ser concedidas aos trabalhadores da própria instituição, desde que atendam aos requisitos de renda. As bolsas para portadores de necessidades especiais, indígenas e negros seguirão as normas das políticas de ações afirmativas do Governo Federal (BRASIL, 2002).

A instituição privada de ensino superior deverá oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes regularmente pagantes e matriculados ou uma bolsa integral para cada 22 alunos, desde que ofereça também bolsas

parciais, na proporção necessária, até atingir 8,5% da receita anual dos períodos letivos (a receita é calculada pela estimativa do valor da renúncia fiscal pelos dois anos subsequentes à adesão ao Programa pelas IES). A participação mínima no Programa é de dez anos contados da data da adesão, podendo ser renovados. Como contrapartida, as instituições participantes obtêm isenção fiscal em alguns impostos e contribuições (BRASIL, 2005).

Cabe destacar que o PROUNI (BRASIL, 2005), em razão de ser um programa destinado às instituições de ensino superior privadas, é uma forma de acesso em que a UFSC não participa, entretanto, é possível crer que, em razão dos benefícios que o programa oferece, de maneira indireta ele pode influenciar no número de candidatos que buscam a Instituição para realizar seu curso de graduação.

Entre as ações do Governo Federal em repensar o ensino superior, está também o REUNI (BRASIL, 2007b) que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007a).

Com o REUNI (BRASIL, 2007b), o Governo Federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino público superior, pós década de 90, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior.

As ações do Programa (BRASIL, 2007b) contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no País.

Por meio da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a) o Governo Federal torna obrigatória a reserva de vagas para estudantes de escola pública em todas as instituições federais de ensino. Esta Lei (BRASIL, 2012a), exige que o estudante tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública, e estipula cotas em função da renda familiar e dentro de cada uma destas cotas etnicorraciais.

É notório o processo de ampliação do acesso ao ensino superior, por meio da política pública, a partir do ano de 2005, que se materializou com ações como do PROUNI (BRASIL, 2005), do ENEM (BRASIL, 2009a), e do SISU (BRASIL, 2010).

Entretanto, muito embora a Política Pública Educacional, implantada a partir de 2005, tenha trazido uma significativa ampliação no acesso ao ensino superior, esta mesma Política trouxe desafios aos gestores acadêmicos da Universidade em se adaptar ao novo contexto que a Instituição está paulatinamente se inserindo. Neste contexto, busquei compreender, na visão dos gestores acadêmicos da UFSC, como se manifesta o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação, a partir de 2005.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

Neste quarto capítulo, descrevo o caminho metodológico percorrido com vistas a compreender o fenômeno de investigação, ou seja, a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação.

Para Gil (2002, p.17),

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

Isto posto, neste capítulo, descrevo primeiramente o tipo e natureza do estudo, em seguida, apresento o processo de seleção da população e amostra. Ao final, apresento o processo de coleta e análise das informações.

4.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

Inicialmente, o estudo se constituiu de uma investigação bibliográfica, buscando compreender na visão dos gestores acadêmicos da UFSC como se manifesta o impacto das políticas públicas de acesso nos cursos de graduação da Instituição.

A pesquisa documental também fez parte deste Estudo. Materiais como Legislações, Resoluções, Decretos, Portarias e Relatórios; assim como documentos internos de registros da COPERVE constituíram elementos que subsidiaram a pesquisa.

O caminho metodológico percorrido foi, em sua essência, qualitativo e descritivo. O tipo de estudo foi o estudo de caso que “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 2013, p.133). Este tipo de estudo tem na realidade, onde o fenômeno acontece, a fonte direta das informações.

De acordo com Triviños (2013), a realização de uma pesquisa qualitativa é constituída da interpretação do fenômeno

investigado e da atribuição de seus significados. Para o autor (TRIVIÑOS, 2013) na pesquisa descritiva, as informações são analisadas pelo pesquisador de maneira indutiva, partindo de sua experiência e colocando como principal enfoque o significado do processo.

Para o fundamento do estudo de caso, foram realizadas inicialmente, uma pesquisa documental e bibliográfica. Para a coleta das informações, foi realizada entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada, pode ser compreendida como aquela que promove questionamentos básicos de interesse da investigação com o suporte de teorias e hipóteses (TRIVIÑOS, 2013).

Para Triviños (2013, p. 146), a entrevista semiestruturada,

[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

As perguntas da entrevista semiestruturada não são feitas sem pressuposto, elas são resultado da teoria e do que o pesquisador já buscou sobre o fenômeno em estudo (TRIVIÑOS, 2013).

Como pesquisadora, segui o caminho metodológico proposto e, após a realização das entrevistas, descrevi e analisei as informações coletadas buscando considerar a experiência dos entrevistados para compreender melhor o fenômeno de investigação, ou seja, a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Para Triviños (2013), a população é uma referência da quantidade representativa da totalidade possível de ser explorada na pesquisa. E a amostra é parte desta população, delimitada de acordo com os objetivos propostos no Estudo.

Assim, com base em Triviños (2013), a população do presente Estudo é composta por gestores acadêmicos, coordenadores dos cursos de graduação presencial da UFSC. De acordo com a Resolução nº 18/CUn/2004 (UFSC,2004, Art.

10º), a coordenação dos cursos de graduação ficará a cargo de professores eleitos, efetivos em regime de 40 horas com dedicação exclusiva:

Art. 10-A. Poderão se candidatar às funções de Coordenador e Subcoordenador de Curso os professores integrantes da carreira do magistério superior que ministrem aulas no mesmo, desde que:

I – tenham mais de três anos de efetivo exercício na Universidade;

II – estejam lotados em Departamento(s) Unidade(s) Universitária(s) à(s) qual(ias) o Curso está vinculado e que sejam responsáveis por carga horária igual ou superior a 10% (dez por cento) do total necessário à integralização curricular.

Art. 10-B. O Coordenador e o Subcoordenador serão eleitos na forma estabelecida no Regimento do Curso.

Art. 10-C. O Coordenador e o Subcoordenador de Curso serão designados pelo Reitor para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

As atribuições destes coordenadores estão previstas na Resolução nº 18/CUn/2004 (UFSC,2004, Art. 11):

I – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade;

II – representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;

III – executar as deliberações do Colegiado;

IV – designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado;

V – decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;

VI – elaborar os horários de aula, ouvidos os Departamentos envolvidos;

VII – orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso;

- VIII – indicar ao DAE ¹⁰, ouvidos os Departamentos envolvidos, as disciplinas que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo;
- IX – analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno;
- X – decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência;
- XI – decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares;
- XII – validar disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente;
- XIII – verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes;
- XIV – decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade;
- XV – promover a integração com os Departamentos;
- XVI – instaurar processo disciplinar em razão de denúncias que envolvam integrante do corpo discente, observado o disposto neste Regulamento;
- XVII – coordenar as atividades teórico-metodológicas do projeto pedagógico do curso, em todas as suas modalidades;
- XVIII – coordenar os processos de reestruturação e avaliação do currículo do curso;
- XIX – propor as políticas de capacitação pedagógica e coordenar as suas ações;
- XX – atuar como interlocutor do Curso;
- XXI – coordenar o levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho;
- XXII – promover a articulação com o Escritório de Assuntos Internacionais e a Central de Carreiras da PREG, objetivando a participação de alunos em atividades afetas as respectivas áreas de competência;

¹⁰ DAE – Departamento de Administração Escolar.

XXIII – zelar pelo cumprimento e divulgação deste Regulamento junto aos alunos e professores do Curso;
XXIV – delegar competência para execução de tarefas específicas;
XXV – superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso; e,
XXVI – exercer outras atribuições previstas em lei, neste Regulamento ou no Regimento do Curso.

A opção pelos coordenadores de curso de graduação como sujeitos da população desta Pesquisa se justificou por serem estes gestores que tem maior proximidade com os graduandos no cotidiano da realização do curso. Outra razão para ter escolhido estes sujeitos foram as atribuições inerentes a função (UFSC, 2004), pois estes gestores atuam, essencialmente, como interlocutores do curso, com os alunos e com a gestão da Política Institucional de acesso ao Ensino Superior.

A delimitação da amostra ficou restrita ao *campus* de Florianópolis por limitação financeira como aluna do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, em razão de não ter havido concessão de bolsa para o desenvolvimento da Pesquisa. Vide Apêndice A – Quadro das Coordenadorias de Cursos de Graduação Presencial por Unidades de Ensino no *Campus* Florianópolis – apresenta as 56 coordenadorias que totalizam a população de potenciais sujeitos desta pesquisa.

Conforme Triviños (2013), na pesquisa qualitativa a amostra é uma parte da população e é delimitada de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim, para este Estudo, selecionei um coordenador de cada unidade de ensino, observando os seguintes critérios:

- a) Estar em efetivo exercício das atividades como docente na UFSC;
- b) Ser ou ter sido coordenador de curso de graduação presencial da UFSC no *Campus* de Florianópolis;
- c) Ter atuado como coordenador de curso de graduação nos últimos dez anos (2005 a 2015); e,
- d) Ter exercido as atividades como coordenador por, no mínimo, quatro anos.

Esta delimitação dos critérios da amostra se justificou por considerar a relevância da vivência nos últimos dez anos (2005 a 2015) como coordenador, ou seja, a partir de 2005, resgatando o processo de historicidade, com o advento do PROUNI (BRASIL, 2005), do ENEM (BRASIL, 2009a), e do SISU (BRASIL, 2010).

O período de quatro anos de atuação como coordenador de curso de graduação foi estipulado em razão de compreender o tempo que um gestor acadêmico pode permanecer no cargo, conforme previsto na Resolução nº 18/CUn/2004 (UFSC, 2004, Art. 10–C),

O Coordenador e o Subcoordenador de Curso serão designados pelo Reitor para um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

De acordo com estes critérios previamente estabelecidos, foram encontrados um total de dezoito coordenadores de curso. Vide o Quadro 01 – Quadro Potencial da Amostra.

Quadro 01 – Quadro Potencial da Amostra

UNIDADE DE ENSINO	POTENCIAIS CURSOS
CCA	Engenharia de Aquicultura / Zootecnia
CCB	Ciências Biológicas
CCE	Jornalismo / Libras
CCJ	Direito
CCS	Farmácia / Medicina
CDS	Educação Física
CED	Biblioteconomia
CFM	Matemática / Química
CSE	Administração / Ciências Econômicas
CTC	Ciências da Computação / Engenharia de Materiais / Engenharia Mecânica / Sistemas de Informação
Total	10
	18

Fonte: Elaborado pela Autora.

Importante destacar que das onze unidades de ensino que integram o *Campus* de Florianópolis, somente o Centro de Filosofia e Ciências Humanas, não participou da amostra em razão de que nenhum dos coordenadores de curso daquela Unidade atenderem aos critérios de seleção.

Dos dezoito coordenadores que atendiam os critérios da amostra, participaram da pesquisa um coordenador de cada unidade de ensino, mediante a disponibilidade de conceder a entrevista, que ocorreu no período de 12 de novembro a 02 de dezembro de 2015. Desta forma, potencialmente, seriam dez os coordenadores a serem entrevistados. Entretanto, em razão de dificuldades de horário em suas agendas, não foi possível entrevistar os dez coordenadores previstos, totalizando seis coordenadores que foram entrevistados.

Foram inúmeras tentativas para o agendamento das entrevistas. Porém muitos não retornaram as chamadas por email e por telefone. Outros concederam o agendamento, porém na véspera da entrevista desmarcaram alegando excesso de atividades. Isto posto, finalizei o contato com os gestores acadêmicos, após 21 dias de tentativas (12/11/2015 a 02/12/2015), totalizando seis entrevistas. Vide o Quadro 02 – Amostra da Pesquisa.

Quadro 02 – Amostra da Pesquisa

UNIDADE DE ENSINO	CURSO
CCA	Zootecnia
CCE	Jornalismo
CCJ	Direito
CCS	Medicina
CFM	Matemática
CTC	Sistemas de Informação
Total:	06

Fonte: Elaborado pela Autora.

Tratando-se de pesquisa qualitativa, ou seja, aquela que busca encontrar entre os sujeitos participantes, ideias predominantes e generalidades, bem como não se apoia na estatística para estipular a amostra, o número de seis sujeitos é viável (TRIVIÑOS, 2001).

De acordo com Triviños (2001, p.83),

O tamanho da amostra é fixado, de certo modo, arbitrariamente. Em geral, depende do pesquisador determinar o número de sujeitos que participará na amostra, ainda que se recomende que a qualidade de sujeitos não seja inferior a cinco por grupos diferentes de pessoas que participam na pesquisa (pais, professores, alunos).

As entrevistas tiveram em média a duração de 20 a 30 minutos e foram realizadas no departamento de atuação de cada um dos participantes. Todos os seis entrevistados possuíam espaço adequado para garantir a privacidade no tempo em que as entrevistas foram realizadas.

Após consultar os participantes, utilizei o gravador digital para realizar as entrevistas, pois nenhum deles colocou impedimento em que suas comunicações fossem gravadas. Antes de iniciar as entrevistas, entreguei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, vide Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que fosse lido e assinado. Em seguida apresentei o Instrumento de Coleta de Informações, vide Apêndice C – Instrumento de Coleta de Informações e segui fielmente as perguntas conforme previstas no Instrumento visando evitar possíveis distorções.

Durante a realização das entrevistas, senti-me confortável como pesquisadora, pois os entrevistados se mostraram interessados pela temática investigada, procurando expor, com clareza, a visão que possuem sobre a Política Institucional de acesso aos cursos de graduação.

4.3 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Neste Estudo, a coleta e a análise das informações foram realizadas por meio de entrevista semiestruturada e análise de conteúdo. A entrevista semiestruturada foi escolhida como instrumento de pesquisa por valorizar a presença do pesquisador e propiciar liberdade para que o entrevistado enriqueça a investigação (TRIVIÑOS, 2013).

A elaboração do roteiro da entrevista, Vide Apêndice C – Instrumento de Coleta de Informações, foi desenvolvida observando os objetivos propostos, bem como as categorias e os respectivos conteúdos base conforme apresentado no Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base.

Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base

CATEGORIAS	CONTEÚDOS BASE
Comissão Permanente do Vestibular	Processo Histórico Finalidade
Política Institucional de acesso ao ensino superior	Concepção Impacto na prática da gestão
Política Pública Educacional	Concepção Impacto junto a Política Institucional de acesso ao ensino superior

Fonte: Elaborado pela Autora.

Para a análise das informações coletadas, utilizei a Técnica de Análise de Conteúdo. Para Triviños (2013), por meio desta técnica, é possível o pesquisador obter as informações e analisar de forma objetiva as respostas obtidas.

A análise de conteúdo, assim como qualquer outro método, obtém seu valor mediante o apoio do referencial teórico que utiliza. Este método auxilia para descobrir tendências e ideologias que podem estar presentes na fala dos entrevistados (TRIVIÑOS, 2013).

Bardin (1977, p. 31) afirma: “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações.” De acordo com este autor a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem como finalidade interpretar as comunicações dos participantes da pesquisa. Esta técnica não fica restrita à descrição dos conteúdos, ela abrange o significado destas comunicações após serem categorizadas.

As categorias de análise estão ligadas a examinar a transformação do desenvolvimento do conhecimento social e tem como função metodológica concretizar a teoria e o fenômeno de investigação (CHEPTULIN, 1982).

Os conteúdos base distinguem uma categoria de outra e são os seus elementos essenciais de definição. Dessa forma,

não podem pertencer a mais de uma categoria no mesmo tempo (CHEPTULIN, 1982). As informações coletadas foram analisadas com base nos objetivos deste Estudo, bem como no referencial e nas categorias inicialmente propostas.

Para analisar as informações obtidas percorri as seguintes etapas:

- 1) Transcrevi as entrevistas;
- 2) Procedi a leitura de todo material transcrito, tomando por base o referencial teórico utilizado;
- 3) Agrupei as falas conforme os conteúdos base, bem como conforme as categorias estabelecidas. Vide Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base; e,
- 4) Busquei relacionar as comunicações dos participantes com o referencial teórico utilizado para o estudo e também com base em cada categoria de análise.

Para facilitar o processo de análise, bem como para proteger a identidade dos sujeitos entrevistados, codifiquei os participantes conforme está apresentado no Quadro 04 – Codificação dos Participantes.

Quadro 04 – Codificação dos Participantes

CÓDIGO	COORDENADOR
CC1	Coordenador de Curso 1
CC2	Coordenador de Curso 2
CC3	Coordenador de Curso 3
CC4	Coordenador de Curso 4
CC5	Coordenador de Curso 5
CC6	Coordenador de Curso 6

Fonte: Elaborado pela Autora.

Realizei as transcrições das entrevistas logo após a efetivação das mesmas. Não substituí nenhuma palavra para não incorrer em distorções nas comunicações dos participantes, somente corriji alguns vícios de linguagem.

Após, iniciei o processo de análise das informações obtidas, que compõem o próximo capítulo deste Estudo – Análise das Informações Coletadas.

5 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Neste capítulo, busquei descrever, analisar e compreender as informações coletadas, por meio da fala dos gestores. Todas as manifestações dos entrevistados foram consideradas, visando a contribuição para melhor compreender o fenômeno investigado, ou seja, a Política Institucional de acesso aos cursos de Graduação.

Para tanto, inicialmente, faço uma sintética caracterização dos entrevistados e, após, com base nas categorias inicialmente delineadas, analiso a fala dos gestores tendo por base o referencial teórico proposto neste Estudo. Com os resultados, almejo encontrar generalidades que possam vir a interessar pesquisadores, estudiosos e gestores que tenham interesse em ver a minha compreensão, neste momento, sobre o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação a partir de 2005, sob o olhar dos gestores acadêmicos da UFSC.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Os entrevistados participantes da pesquisa ingressaram como docentes na Instituição anteriormente ao ano de 1994. Desenvolveram as funções de coordenador de curso de graduação por um período de, no mínimo, quatro anos, conforme previamente estipulado nos critérios da amostra, – Vide Capítulo 04 – Caminho Metodológico. Entretanto, dois deles permaneceram no cargo por mais de quatro anos, nestes últimos dez anos (2005 a 2015).

A experiência dos coordenadores de curso participantes desta investigação enriquece o processo de análise, uma vez que vivenciaram o período de incremento à Política Institucional de acesso aos cursos de graduação, a partir do ano de 2005, como gestores acadêmicos. Vide Quadro 05 – Caracterização dos Entrevistados.

Quadro 05 – Caracterização dos Entrevistados

Sujeitos	Ingresso na UFSC	Tempo na função	Período que exerceu a função
CC1	1982	4 anos	2005 a 2009
CC2	1993	5 anos	2008 a 2010 e 2012 a 2016
CC3	1990	4 anos	2011 a 2015
CC4	1979	5 anos	2007 a 2012
CC5	1978	4 anos	2004 a 2008
CC6	1984	4 anos	2010 a 2014

Fonte: Elaborado pela Autora.

Estes gestores acadêmicos são representantes do Colegiado do Curso junto aos órgãos da UFSC (UFSC, 2004). Esta representação possibilitou o acompanhamento, com maior aproximação, dos estudos e discussões que ocorreram em grupos de trabalho instituídos, no período compreendido entre 2005 e 2015, com a finalidade de buscar subsídios para as decisões que foram sendo tomadas, pela Universidade, em relação ao incremento do acesso aos cursos de graduação.

Os coordenadores de curso de graduação têm a responsabilidade de atuar como interlocutor do curso. Na Resolução nº 18/CUn/2004 (UFSC,2004, Art. 11), nas atribuições previstas são os responsáveis por “– orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso” (UFSC,2004, Art. 11, VII); esta atribuição possibilita uma aproximação com os alunos desde seu ingresso como calouros na Instituição. São eles os responsáveis pelo primeiro contato oficial destes novos alunos com a Universidade.

A análise das informações coletadas foi realizada a partir das entrevistas, com os Coordenadores de Curso de Graduação, tomando por base as categorias previamente definidas e os seus respectivos conteúdos base, Vide Quadro 03 – Categorias e Conteúdos Base –, e os pressupostos teóricos que fundamentaram o presente Estudo.

5.2 A COMISSÃO PERMANENTE DO VESTIBULAR

A primeira categoria de análise denominada, – A Comissão Permanente do Vestibular –, teve como conteúdos base o processo histórico e a finalidade desta Comissão.

Como você concebe os trabalhos realizados pela COPERVE? Na sua visão qual é a finalidade da COPERVE? Foram as indagações realizadas, objetivando conhecer, na visão dos gestores, a COPERVE, seu processo histórico e finalidade no contexto da Instituição. Inicialmente, todos afirmaram que a COPERVE tem um papel de relevância para a Instituição, uma vez que o trabalho desenvolvido pela Comissão está diretamente relacionado ao ingresso dos estudantes que serão os futuros alunos nos cursos de graduação da Universidade. Sendo a principal porta de acesso da sociedade para a Universidade.

O Coordenador do Curso CC1, além de enfatizar a relevância do trabalho da COPERVE, verbalizou sobre o aspecto social da seleção daqueles que pretendem ingressar nos cursos de graduação da UFSC e, também, quanto à preocupação na relação instituição/sociedade.

[...] é uma responsabilidade muito grande cuidar da forma de acesso em todos os sentidos. [...] na parte social da coisa (CC1).

A fala deste Coordenador retoma, nas entre linhas, a relevância do papel da universidade como instituição social, essencialmente na relação desta com a sociedade. Neste contexto, resgato Chauí (2003, p.05),

A Universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.

Compreendo, por meio da fala deste entrevistado, que a COPERVE não é responsável somente pela preparação do processo seletivo de acesso aos cursos de graduação da Instituição, mas também tem a responsabilidade no aspecto social que envolve este acesso. Sua responsabilidade vai além

do processo seletivo. Ela gesta no sentido de selecionar que alunos desejamos para a Instituição.

Nesta perspectiva, o trabalho da COPERVE é bastante complexo, pois envolve o aspecto da avaliação e de todos os aspectos operacionais necessários ao processo seletivo (UFSC, [200-]a), com vistas a atender a sociedade onde a UFSC está inserida. Destaco a fala do Coordenador CC2:

[...] atribuo como um trabalho complexo, que está relacionado a parte mais visível da Universidade, que é o sistema de ingresso. [...] o que ela (COPERVE) produz resulta numa dimensão muito maior do que a estrutura que ela acaba tendo. [...] há construção de toda uma expectativa em torno dos jovens que se encaminham para a conclusão do ensino médio que o seu destino seja a Universidade Federal. E aí nesta intersecção que tem o papel fundamental da COPERVE.

Somente dois Coordenadores indicaram, em suas falas, outro trabalho desenvolvido pela COPERVE além do Concurso Vestibular (UFSC, 1982). Muito embora a COPERVE tenha sido criada para ser a responsável pela coordenação e execução do Concurso Vestibular (UFSC, 1982), suas atribuições extrapolam aquilo a que se refere sua nomenclatura, pois suas atividades não envolvem somente o acesso aos cursos de graduação, mas também outros ingressos na Instituição, como: concurso para servidores técnico administrativos em educação e processamento dos concursos do magistério, além de outros.

Entretanto, o fato de somente dois dos entrevistados mencionarem em suas falas outros processos seletivos, além do Vestibular, gestados pela COPERVE, possibilita inferir que os demais desconhecem o papel da COPERVE em relação aos outros trabalhos desenvolvidos, associando suas atividades somente àquelas relacionadas ao Vestibular.

Quanto à finalidade da COPERVE, na visão dos gestores, fez-se evidente, que estes reconhecem a COPERVE como responsável por realizar a seleção daqueles que buscam a UFSC para realizar um curso de graduação. Enaltecem a seriedade e

o bom funcionamento do trabalho desenvolvido por esta Comissão.

Frente a esta questão, destaco a fala do entrevistado CC5:

[...] a finalidade maior é preparar o exame de admissão na Universidade. É estudar e evoluir sempre. [...] é evidente, é muito nítido a evolução dos métodos de atuação da COPERVE, a aplicação de metodologia, as provas. O trabalho, a infraestrutura necessária para preparar esse exame. [...] A COPERVE hoje tem um *know-how* para ensinar, para passar para frente.

O Coordenador de Curso CC1, além de enfatizar a responsabilidade do trabalho da COPERVE, fez questão de verbalizar sua percepção em relação ao distanciamento entre o ensino básico e a Universidade. E que, neste contexto de mediação, cabe à COPERVE aproximar e viabilizar caminhos mediante o processo de seleção.

É difícil, porque ao mesmo tempo em que ela (COPERVE) tem a finalidade de selecionar, digamos, alunos aptos a entrar na Universidade, ou a continuar seus estudos [...] ela tem uma finalidade social, que é como fazer essa seleção, então são duas coisas que é muito difícil de coordenar, de juntar. [...] A universidade está muito distante, em termos práticos do ensino básico, que é o início, ela está muito distante em termos de influência. [...] E a COPERVE, ela tem que fazer essa ponte. E botar um pé em cada canoa. Ela vai trabalhar com o que está acontecendo lá fora e o que está acontecendo aqui dentro. Isso é um negócio muito difícil de fazer. Entende o que eu estou falando? Você está nos dois meios. A COPERVE estaria nos dois meios, como um processo, organizadora do processo de seleção. Teria que ter uma visão muito boa nesse básico e uma visão muito boa de dentro da UFSC. E essas duas coisas

estão muito distantes. Então, eu digo isso na prática, porque tem muita pesquisa na UFSC sobre educação, sobre ensino básico, existe muita pesquisa, mas existe pouca ação.

Resgatando Santos (2011, p.83), é necessário existir vínculo entre a educação básica e a universidade, sendo este fundamental para que a legitimidade da universidade pública seja reconquistada. É um caminho que necessita ser trilhado de congruências, na perspectiva da formação. Para este autor:

O princípio a ser afirmado é o compromisso da universidade com a escola pública. A partir daí, trata-se de estabelecer mecanismos institucionais de colaboração através dos quais seja construída uma integração efetiva entre a formação profissional e a prática de ensino.

Mediante a fala dos Gestores é inegável a responsabilidade social da COPERVE, sendo que a história do processo do Vestibular na UFSC está essencialmente inter-relacionada com o processo histórico da própria Comissão. Esta concede à UFSC, por meio de suas ações, uma visibilidade social empreendendo uma resposta a esta mesma sociedade que a mantém.

Quanto ao processo histórico e finalidade da COPERVE junto à Instituição, por meio da fala dos Gestores entrevistados, é possível afirmar que eles concebem o trabalho realizado pela Comissão como complexo e relevante para a UFSC, sendo sua principal finalidade, planejar e executar o Vestibular. Porém, suas ações vão além da sua prática operacional. Está essencialmente relacionada ao papel social da própria Instituição, diante do processo de mediação que mantém com a sociedade, onde está inserida.

5.3 A POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A segunda categoria de análise aborda a Política Institucional de acesso ao ensino superior e busca investigar a visão dos gestores acadêmicos sobre a concepção e impacto na prática da gestão.

Mediante a concepção dos entrevistados sobre a Política Institucional de acesso ao ensino superior, somente um Coordenador verbalizou que considera a Política Institucional de acesso bem definida e que não teria reparos a fazer. Os demais entrevistados demonstraram preocupações no seu processo de constituição. Neste contexto, destaco a fala do Gestor CC5:

O Ministério da Educação resolve fazer outro esquema, outro processo totalmente diferente, abrindo mão do Exame Vestibular, tal como estava sendo concebido. Que várias universidades já vinham adotando aquele sistema da COPERVE, aí entra o famoso ENEM. E aí aos poucos está acabando com aquele processo do Vestibular. De certa forma, toda a evolução que houve, no meu modesto entendimento, tá sendo jogado fora e tá se aplicando um outro sistema... [...] É uma experiência nova. [...] eu acho que era um processo que estava num ritmo bom de evolução e de aceitação, o sistema de Vestibular da Federal. E, abandonamos para tentar outra forma, que eu não sei no que vai dar como vai terminar isso.

As Políticas Públicas Educacionais definem e delimitam as Políticas Institucionais (BÚRIGO, 2003). Neste contexto, a UFSC, com o advento do PROUNI (BRASIL, 2005), do ENEM (BRASIL, 2009a), e do SISU (BRASIL, 2010), necessitou rever as diretrizes da sua Política Institucional de acesso ao ensino de graduação, bem como redefinir o processo de concepção do Vestibular.

Entre as ações que delineiam a Política Institucional de acesso ao ensino de graduação está o PAA (UFSC, 2007), programa em que a Instituição destina um percentual das vagas dos cursos de graduação aos candidatos oriundos de escola

pública e aos pretos, pardos e indígenas, como ações de inserção social. Bem como, passou a contabilizar a nota da prova objetiva do ENEM a partir do Vestibular/ 2010 (UFSC, 2009). Esta ação possibilitou ao candidato ter o direito a um percentual ponderado de 20% na pontuação do Vestibular. Recentemente, no Vestibular/2016 (UFSC, 2015f), a Instituição implementou mais uma ação, aderiu ao SISU (BRASIL, 2010) com um total de 30% das vagas nos cursos presenciais.

Em relação ao essencial impacto diante da prática como gestor no que se refere às mudanças ocorridas na Política Institucional de acesso ao ensino superior a partir de 2005, dois dos Gestores entrevistados afirmaram que não perceberam nenhuma alteração na sua prática como coordenador de curso de graduação. Os quatro demais Entrevistados verbalizaram que a ampliação das formas de acesso gerou forte impacto na atuação como coordenador.

Entre as falas dos Entrevistados, destaco a do CC2 que faz uma analogia onde expõem a necessidade de preparação dos coordenadores de curso e toda a estrutura da Universidade para receber os mais diferentes perfis de alunos que estão entrando nos cursos de graduação.

O papel das coordenações de curso normalmente está associado às práticas pedagógicas. E eu arriscaria dizer que um alto número de coordenadores, me incluo nessa relação, não tem formação pedagógica. [...] as diferentes modalidades de ingresso da Universidade trouxeram outro componente, que é o componente do acolhimento, das ações de orientação psicossocial, ou de administrar situações com as quais não convivíamos até que o perfil dos nossos alunos mudasse como mudou a partir da Política Institucional de ingresso. [...] a analogia que eu faço é que a Universidade abriu as portas para o ingresso, mas o primeiro passo ainda tem um abismo para muita gente.

Esta fala remete para o fato de que a UFSC, ao ampliar suas formas de acesso, necessita também buscar caminhos para ampliar as possibilidades de permanência dos seus graduandos.

Permanecer na Instituição envolve, além das questões econômicas como moradia e alimentação, também questões relacionadas ao acompanhamento do curso em relação ao aprendizado. Neste aspecto, o Coordenador CC3, expõe sua preocupação, que são as dificuldades encontradas pelos alunos no que se refere aos conteúdos abordados nas disciplinas:

[...] infelizmente, para alguns alunos o sonho de estudar numa Universidade Pública numa área tecnológica, seja sistema da informação, computação, engenharias, exige uma base que alguns, que não são obviamente os responsáveis ou culpados por isso, são literalmente vítimas de como a educação é vista no Brasil, mas não tem.

A preocupação verbalizada por CC3 está diretamente relacionada ao objetivo do ENEM (BRASIL, 1998), em avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica visando contribuir para a melhoria deste nível de escolaridade. Se cumprir com o objetivo ao qual se propõem, o ENEM (BRASIL, 1998) servirá de indicador para as deficiências existentes na educação básica, auxiliando a instituição universidade a propor ações que visem minimizar estas dificuldades.

Na percepção de um dos Entrevistados, mesmo sendo a COPERVE um elemento de grande importância na Política Institucional de acesso, esta não tem recebido a devida atenção por parte dos dirigentes da Instituição:

O trabalho da COPERVE é um trabalho excelente. É uma pena que a COPERVE tem tido, de parte da administração central, cada vez menos apoio (CC4).

Para os gestores acadêmicos, a Política Institucional de acesso ao ensino superior está diretamente relacionada às ações desenvolvidas pela COPERVE. Este entendimento possibilita afirmar que estes gestores não visualizam esta Comissão somente como um órgão executivo (UFSC, 1982), atribuindo-lhe também uma responsabilidade social.

Conforme o Regimento Geral da UFSC (UFSC, 1982, Art. 56), a COPERVE, como um órgão executivo vinculado à

PROGRAD não possui competência para delinear as normas de realização do Vestibular:

A Câmara de Ensino de Graduação elaborará as normas para o Concurso Vestibular, com antecedência de seis meses da data fixada para a sua realização.

O Vestibular é um processo seletivo de grande dimensão no que se refere ao planejamento e execução (UFSC, 1982). As provas são a essência deste processo e definem quem poderá ser aluno da Instituição. Esta definição tem início no processo de elaboração das provas quando é realizada a seleção dos professores elaboradores e definição dos conteúdos que irão compor cada disciplina das provas do Vestibular.

Os Gestores acadêmicos compreendem que a COPERVE sempre teve um olhar criterioso em relação ao ingresso e precisou se adaptar às novas formas propostas pela Política Pública Educacional. Entretanto, em razão do trabalho que executa na preparação, aplicação e principalmente a sistematização dos dados referentes ao Vestibular da Instituição, subsidia de certa forma a Política Institucional de acesso e a atuação dos Coordenadores dos cursos de graduação.

Outra questão, apontada pelos Gestores, que causou impacto na Política Institucional de acesso e que reflete também na prática de gestão, refere-se às pessoas com necessidades educativas especiais, que ingressam na Instituição. Os Coordenadores de curso recebem estes alunos, porém, muito embora exista uma Coordenadoria de Acessibilidade Educacional vinculada à PROGRAD (SOUZA, 2014), na prática, a Instituição ainda não possui uma Política Institucional de inclusão consolidada que possa auxiliar estes gestores, uma vez que a maioria não possui conhecimento técnico para saber como agir e orientar adequadamente estes alunos.

Por outro lado, a UFSC tem promovido várias ações, em seu Vestibular, que proporcionam aos estudantes portadores de necessidades especiais condições diferenciadas para realização das provas. Estas ações possibilitam, a estes candidatos, condições mais adequadas as suas necessidades específicas. Neste contexto destaco a fala do Coordenador CC2:

[...] as políticas públicas de ampliação do ingresso e de inclusão são importantes. Hoje, absolutamente satisfaz muita gente, caminhar pelo *campus* e ver o quanto de alunos falando Libras. Acho que essa riqueza faz parte do processo. Talvez a Universidade não tivesse definido uma Política Institucional se não houvesse uma política pública de inclusão dos alunos em Libras.

Entre estas ações que buscam a inclusão gestadas pela COPERVE, destaco a ampliação do tempo de realização das provas (UFSC, [200-]b); provas em Libras (UFSC, [200-]b); provas em Braille (UFSC, [200-]b); entre outras. Ações como as mencionadas, reforçam a preocupação da UFSC em minimizar as barreiras enfrentadas por sujeitos que têm sido excluídos historicamente sendo impedidos de ter o acesso e a continuidade dos estudos no ensino superior (SOUZA, 2014).

Todavia nas falas dos Entrevistados, é desvelado que a ação que gerou maior impacto na prática da gestão, foi efetivamente o PAA (UFSC, 2007). O Programa foi adotado a partir do Vestibular/2008 (UFSC, 2007) e reserva 20% das vagas para alunos oriundos de escola pública, 10% das vagas para alunos pretos, pardos e vagas suplementares para índios.

Frente a esta questão, destaco a fala do Coordenador CC5:

[...] a questão das cotas. Isso impactou. E eu aqui dentro estou acompanhando e, acho que houve mudança notável até nas relações entre professores e alunos, entre os alunos entre si. A presença do negro neste curso era um episódio raríssimo, tanto que em 2009 quando começaram a entrar os primeiros por cotas fazia oito anos que tinha se formado um negro aqui.

O PAA (UFSC, 2007) impactou significativamente no perfil dos alunos que passaram a ingressar na Universidade por meio deste Programa a partir do ano de 2008. A diversidade de etnias e nível socioeconômico, bem como, o número de alunos oriundos de escola pública foi gradativamente sendo ampliada, o que

conseqüentemente gerou mudanças na prática da gestão, nas relações entre alunos e professores e dos alunos entre si.

Esta prática da inserção social está relacionada essencialmente com o papel da universidade como instituição social (CHAUÍ, 2003). Contudo a questão que se permeia por meio do olhar dos Gestores é que a inserção é essencial para o cumprimento do papel da Universidade perante a sociedade. Para tanto, requer um olhar institucional por meio da Política Institucional e da gestão, com vistas a fomentar ações que possibilitem a permanência com bom nível de qualidade deste aluno na UFSC.

Neste contexto, falar do acesso aos cursos de graduação em uma universidade pública, implica também rever historicamente uma caminhada que inicia na educação básica (CHAUÍ, 2003). Desde a década de 70, período em que surgiu o Vestibular Unificado, como diretriz da Política Pública tinha por objetivo ampliar o acesso ao ensino superior. Uma das ações propostas era a de garantir que o nível de complexidade das provas do vestibular fosse adequado à escolarização de segundo grau, hoje denominado de ensino médio (OLIVEIRA, 1985).

Esta aproximação do ensino médio e da universidade é uma meta histórica da Política Pública Educacional (OLIVEIRA, 1985). Todavia, não é objetivo deste Estudo analisar este processo de aproximação. Contudo, é relevante destacar que os Gestores entrevistados revelam a importância desta ação, que diretamente refletem no processo de gestão como Coordenadores de Curso.

Isto posto, os Coordenadores Entrevistados concebem que a Política Institucional de acesso ao ensino superior, se constitui também por meio de ações da COPERVE. Estas ações têm respaldo nas diretrizes da Política Pública Educacional. Porém, o impacto na prática da gestão se materializa na convivência com os alunos no processo diário acadêmico.

A partir de 2005, com o incremento da Política Pública Educacional, o grande desafio que se apresenta para os Gestores é a fragilidade da concepção de Política Institucional de acesso ao ensino superior. Pois, ao mesmo tempo em que o acesso é materializado pelas ações de inclusão, esta é fragilizada pela carência de diretrizes de gestão de inclusão deste aluno na Universidade. Neste contexto, concebe-se um

distanciamento da concepção da Política Pública Educacional de acesso ao ensino de graduação.

5.4 A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

A Política Pública Educacional foi abordada na terceira categoria de análise e busca investigar a concepção e o impacto na Política Institucional de acesso ao ensino superior na visão dos Gestores acadêmicos.

Os Coordenadores desvelam, em suas falas, preocupação com a continuidade da Política Pública Educacional (BRASIL, 2005; 2009a; 2010) em vigor, ou seja, o incentivo à ampliação do acesso ao ensino superior. Verbalizaram que as políticas públicas em nosso País são cíclicas e que os políticos da área educacional, na grande maioria não são educadores de formação, fato que compromete projetos permanentes. Neste contexto, destaco a fala do Coordenador CC5:

[...] temos uma dificuldade de trabalhar com projeto permanente. As nossas políticas são cíclicas. [...] a nossa política educacional, principalmente no que se refere ao ensino superior não foge muito da política geral do País. Em que nossos políticos, primeiro: não são educadores. [...] não conhecem nada de educação, dependem muito de assessores. Se for inteligente suficiente para colocar bons assessores, com formação educacional. Isso vai depender, aí é golpe de sorte.

Muito embora a Política Pública Educacional do início do Século XXI demonstre iniciativas para ampliar o acesso ao ensino superior, esta preocupação já é perceptível em períodos anteriores da história (OLIVEIRA, 1985).

A Reforma Universitária ocorrida em 1968 (BRASIL, 1968a), visava a ampliação e modernização das universidades, dando prioridade às instituições federais. Na década de 70 a CONVESU (OLIVEIRA, 1985) exerceu uma contribuição significativa em relação à abertura do acesso ao ensino superior. E atualmente, após anos da política neoliberal que marcou a década de 90, as Políticas Públicas Educacionais estão

novamente passando por um período de ampliação do acesso ao ensino superior. Atualmente a ampliação está evidenciada por meio do PROUNI (BRASIL, 2005); REUNI (BRASIL, 2007b); ENEM (BRASIL, 2009a) e SISU (BRASIL, 2010).

Na visão do Coordenador CC5, o principal impacto da Política Pública Educacional na Política Institucional de acesso ao ensino superior foi uma maior valorização do ensino médio para todos os estudantes e não somente para aqueles com melhores condições econômicas:

[...] eu acho que o principal impacto da Política Pública Educacional junto a Política Institucional de acesso foi isso, uma mudança do enfoque de como entrar no ensino superior. É uma forma de valorizar mais o ensino médio. [...] entrava na universidade pública quem tinha melhores condições econômicas de pagar um bom ensino médio.

De acordo com a literatura investigada no presente Estudo, a partir das mudanças iniciadas no começo do Século XXI, foi possível para um maior número de estudantes, de diferentes classes sociais, o acesso ao ensino superior. O aluno da escola pública passou a ver possibilidade de realizar seu curso de graduação em uma universidade pública. Desta forma a cultura de que o ensino superior era acessível mais facilmente apenas à elite, vem sendo modificada no decorrer deste Século; por meio da Política Pública Educacional.

Quanto ao impacto junto à Política Institucional de acesso ao ensino superior, os Coordenadores compreendem que a Política Pública Educacional respalda a Política Institucional, uma vez que a Universidade implantou várias ações para ampliar o acesso aos seus cursos de graduação. A concepção de CC6 expressa, com clareza, como a Política Pública Educacional respaldou a Política Institucional.

[...] sofremos muito problema de processo judicial, de pessoas que achavam isso, que achavam aquilo. Hoje ninguém acha mais nada. Pode não gostar, mas sabe que é uma política pública. Então eu acho que a Política

Pública Federal ajudou a estabilizar uma Política Institucional. [...] acho que a Política Federal veio reforçar a Política Institucional.

O Programa de Ações Afirmativas da Universidade foi implantado no Vestibular/2008 (UFSC, 2007) e somente cinco anos após, a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012a) tornou obrigatória a reserva de vagas para estudantes de escola pública em todas as instituições federais de ensino.

Na visão dos Gestores acadêmicos a Política Pública Educacional de acesso ao ensino superior historicamente, tem alternado períodos de incremento com períodos de estagnação, entre 2005 e 2015 passou por um período de grande ampliação que impactou de maneira significativa a Política Institucional de acesso ao ensino superior, como já exposto na seção 5.4 deste Estudo.

A Política Pública Educacional para os Gestores tem na sua essência o acesso ao ensino superior, que impacta diretamente nas diretrizes da Política Institucional. Todavia esta não pode estar dissociada de uma prática de gestão. E este, quiçá seja o maior desafio dos gestores, ao compreenderem a relevância da Política Pública Educacional, porém na prática da gestão como coordenadores e agentes do processo da inclusão encontram limitações para sua materialidade, diante da carência de uma efetiva Política Institucional de acesso inclusiva essencialmente ao ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando inicialmente o objetivo geral desta pesquisa de compreender na visão dos gestores acadêmicos da UFSC como se manifesta o impacto das políticas públicas na Política Institucional de acesso aos cursos de graduação a partir de 2005, é possível pontuar que refletiram diretamente no processo da gestão, no que tange na prática laborativa como Coordenadores.

No partir da COPERVE, como unidade responsável pelo processo de gerenciamento do acesso ao ensino de graduação na UFSC, os Coordenadores evidenciam também que o papel da Comissão vai além do trabalho operacional que realiza, estando relacionado ao papel social que a Instituição mantém com a sociedade.

No que tange à Política Institucional de acesso ao ensino superior, os Coordenadores consideram que as ações da COPERVE também se materializam por meio da Política Institucional de acesso ao ensino superior, em consonância com as diretrizes da Política Pública Educacional. Entretanto, o impacto na prática da gestão se consolida no cotidiano desta prática no processo de interação com o aluno.

Os Gestores compreendem a relevância da Política Pública Educacional, porém, na prática da gestão como agentes do processo de inclusão encontram desafios concretos para a materialidade de uma efetiva ação institucional de acesso ao ensino superior.

O PAA (UFSC, 2007), na visão dos Coordenadores, foi o Programa que mais impactou na prática da gestão, uma vez que houve mudanças no perfil dos alunos a partir da ampliação da Política Institucional de acesso ao ensino de graduação. Para atender às necessidades que se fizeram presentes, entre outras ações, tornou-se importante acrescentar ações de acolhimento e orientação psicossocial como prática de gestão.

O processo da diversidade cultural e de formação é inerente ao contexto da Universidade. A importância e a relevância social das políticas de acesso ao ensino superior são inegáveis na concepção dos Gestores. Todavia, consideram que há um lapso, um vazio social, no contexto da materialidade de

uma efetiva política de acesso ao ensino superior, impactando essencialmente nas suas práticas laborativas.

Neste contexto, uma contradição se revela, ou seja, ao mesmo tempo em que a Política Pública de acesso ao ensino superior se materializa pelas ações de inclusão, por meio da Política Institucional, esta é fragilizada pela carência de diretrizes de gestão de inclusão.

Diante da contradição que se revela, a Política Pública de acesso ao ensino superior na perspectiva da gestão torna-se relevante para a implementação de ações que busquem viabilizar a efetiva inclusão dos alunos da graduação visando superar a carência de gestão de uma Política Institucional inclusiva.

A carência de uma gestão voltada para o fortalecimento de uma Política Institucional essencialmente inclusiva perfaz como um dos objetivos deste Estudo, em propor subsídios para a reflexão da gestão, ou seja, proponho a viabilidade de ações formativas aos Coordenadores de Curso, diante do processo de inclusão por meio de ações integradas e colaborativas em nível Institucional. Pois entre o desejo de querer propiciar condições para o acesso à inclusão, e a responsabilidade social de incluir, acredito que há um caminho a ser percorrido que perpassa pelo processo da formação.

A Instituição, por meio do processo de gestão, necessita unir esforços que vá além da prática laborativa dos Coordenadores Acadêmicos, de modo a potencializar a inserção ao ensino superior, a partir do contexto social da inclusão efetivamente, com vistas ao incremento da Política Institucional de permanência do aluno na UFSC.

Almejo encaminhar esta Pesquisa à PROGRAD e à COPERVE visando a colaborar no processo de desenvolvimento da Política Institucional de acesso ao ensino superior e no processo de desenvolvimento de diretrizes de gestão de inclusão dos alunos de graduação da Universidade.

Como mestranda em gestão universitária, ressalto que os resultados obtidos nesta investigação possibilitam afirmar que os Coordenadores, como gestores acadêmicos exercem papel relevante para subsidiar a Política Institucional de acesso ao ensino superior, uma vez que vivenciam no cotidiano o impacto desta Política nos cursos de graduação.

Para estudos futuros, sugiro a realização de pesquisas com os alunos ingressantes nos cursos de graduação pelas

diferentes formas de acesso, visando subsidiar elementos para o fortalecimento da Política Institucional de acesso e de permanência na Universidade.

Muito mais que um fim, compreendo que este Estudo abre caminhos para novas investigações envolvendo a temática do acesso ao ensino superior e a gestão da Universidade, uma vez que foi possível confirmar, por meio das entrevistas, que as Políticas Públicas Educacionais para ampliação do acesso ao ensino superior exigem que as universidades, neste início de terceiro milênio, enfrentem desafios que devem ser foco de ações coletivas no processo de gestão, diante das atuais demandas sociais.

REFERÊNCIAS

AULETE, Francisco Júlio de Caldas. **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 16 set. 2015.

AZEVEDO, Maria Inês Nava Azevedo. **O Programa de ações afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina na perspectiva do novo serviço público e da gestão social – um estudo do acesso aos cursos de graduação do centro de ciências agrárias**. 2013. 180p. (Dissertação) – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BRASIL. **Lei nº 2.356**, de 31 de dezembro de 1910, Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República. Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2356-31-dezembro-19105784-46-publicacaooriginal-101316-pl.html>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **Decreto nº 8.659**, de 5 de abril de 1911. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58698>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 11.530**, de 18 de março de 1915. Reforma Carlos Maximiliano. Rio de Janeiro 1915. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

BRASIL. **Lei nº 3.849**, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. Brasília, 1960. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3849-18-dezembro-1960-354412-norma-pl.html>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968a. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e da outras providências. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Lei nº 5.465**, de 28 de novembro de 1968b. Brasília, 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5465.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

_____. **Decreto Lei nº 464**, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 79.298**, de 24 de fevereiro de 1977. Altera o Decreto nº 68.908, de 13 de julho de 1971, e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79298-24-fevereiro-1977-428202-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art.10 da Medida Provisória nº 1.477 39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts 16,19, 20, 45, 46, e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei -nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2306.htm> Acesso em: 07 fev. 2016.

_____. **Portaria MEC nº 438**, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Brasília, Distrito Federal, 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2015.

_____. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 4.228**, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. Brasília, Distrito Federal, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4228.htm> Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Lei nº 11.096**, de 13 de Janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências. Legislação, Brasília, Distrito Federal, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/ lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm)>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007a. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007b. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, Distrito Federal, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Portaria INEP nº 109**, de 27 de maio de 2009, Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009 (Enem/2009). Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Portaria Normativa nº 2**, de 26 de janeiro de 2010, Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704sisuportarianormativa2&Itemid=30192>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012a. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 9 mai. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.824**, de 11 de outubro de 2012b. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

_____. **História do Colégio Pedro II**. [200-]a. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/historia_cp2.html>. Acesso em: 18 ago. 2015.

BRASIL. **Sistema de Seleção Unificada**. Brasília, DF, [200-]b. Disponível em: <<http://sisugestao.mec.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2015.

_____. **Sistema de Seleção Unificada**. Brasília, DF, [200-]c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/c/journal/view_article_content?groupid=10157&articleId=141996&version=1>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Sistema de Seleção Unificada**. Brasília, DF, [200-]d. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/sisu#participantes>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2003. 336f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BÚRIGO, Carla Cristina Dutra e LOCH, Clésar. **Gestão De Pessoas: de Recursos Humanos ao Processo de Desenvolvimento Humano e Social**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.19, n.1, jan./jun. 2011.

CASSOLI, Alessandro Theodoro. **A política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos**. 2013. 142p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CHAUI, Marilena. **A Universidade Brasileira sob nova perspectiva**. In: Revista de Educação, nº 24. 2003, p. 5-15.

CHEPTULLIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. [200-]. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em: 18 set 2015.

ESPÍNDOLA, Corina Martins. **Análise da contribuição do programa de ações afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014. 138p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Educar, Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

GOMES, Osmilda da Fonseca; GOMIDE, Tainá Rodrigues; GOMES, Maria Ângela do Nascimento; ARAUJO, Djair Cesario de; MARTINS, Simone; FARONI, Walmer. **Sentidos e Implicações da Gestão Universitária para Gestores Universitários**. Revista Gual, Florianópolis, v.6, n.4, p.234-255, Edição Especial. 2013.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do Progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco, orgs. **Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. 3ª ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2014.

JANOTTI, Aldo. **Origens da Universidade: a singularidade do caso português**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 1992.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. 2ª ed. Florianópolis, UFSC, 2000.

MARTINS, Carlos Benedito. **A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior Privado Educação e Sociedade**. Vol. 30, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev106.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. **A Universidade no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, ANPED, nº 14, número especial, p.131-150, mai./jun./jul./ago., 2000.

MORETTI, Serenito A. **Movimento Estudantil em Santa Catarina**. Florianópolis, IOESC, 1984.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Serpa de. **A Comissão Nacional de Vestibular Unificado (CONVESU): Origens e Papel Normativo**. Revista Educação e Seleção. Fundação Carlos Chagas, nº 11, 1985, p.13-19 Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/edusel/article/view/2578/2531>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **A Gestão Universitária: um estudo na Universidade Federal do Pará, de 2001 a 2011**. 2013. 290p. Tese (Doutorado), Instituto de Ciências da Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo, Cortez Editora, 3ª ed, 2011.

SILVA, Claudemir Osmar da. **Programa Reuni: Ampliação do acesso ao ensino superior?** 2014. 163p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Brasileira no Século XXI: Desafios do Presente.** São Paulo, Cortez, 2009.

SOUZA, Sandra Carrieri de. **Política institucional de inclusão educacional: desafios e possibilidades na Universidade Federal de Santa Catarina.** 2014. 133p. (Dissertação) - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **A Abordagem metodológica do estudo. Bases teórico-metodológicas da pesquisa em ciências sociais:**

Ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa.

Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, Porto Alegre, v.4, p.73-106, nov.2001

UFSC. **Portaria Normativa nº 342/GR/1970.** Institui a Comissão Central do Vestibular. 1970. Documento Impresso.

_____. **Portaria Normativa nº 309/GR/1975,** de 27 de agosto de 1975. Constituírem a Comissão Central do Vestibular para 1976.

Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Manual do Candidato/77.** COPERVE. 1976. Documento Impresso.

_____. **Regimento Geral,** em 28 de janeiro de 1982, Disponível em: <<http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/24.05-REGIMENTO-GERAL-UFSC.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Relatório Vestibular 1998.** COPERVE, Florianópolis, 1999. Documento Impresso.

UFSC. **Portaria nº 394/GR/2002**, de 19 de julho de 2002.

Designa Maria Luiza Ferraro, Professor de Ensino de I e II Graus, masis nº 74858, siape nº 1158370, para exercer as funções de Coordenadora de Fiscalização da Comissão Permanente do Vestibular/PREG. 2002. Disponível em:

<<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Resolução nº 018/CUn/2004**, de 30 de novembro de 2004, Altera os Artigos 10 e 11 da Resolução nº 17/Cun/97, que trata do Regulamento dos Cursos de Graduação. Disponível em: <<http://sin.inf.ufsc.br/files/2011/09/Res-18-CUn-2004.pdf>>.

Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Portaria nº 798/GR/2005**, de 21 de julho de 2005.

Designa Maria Luiza Ferraro, Professor de Ensino de I e II Graus, masis nº 74858, siape nº 1158370, para exercer as funções de Coordenadora Pedagógica da Comissão Permanente do Vestibular/PREG. 2005^a. Disponível em:

<<http://notes.ufsc.br/aplic/portaria.nsf>>. Acesso em: 08/fev. 2016.

_____. **Editais 02/COPERVE/2005**, COPERVE. Abre as inscrições ao Concurso Vestibular UFSC/2006. 2005^b.

Disponível em: <<http://www.vestibular2006.ufsc.br/index.php?s=edital>> . Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Relatório Vestibular 2005**. COPERVE. 2006. Disponível em:

<http://www.vestibular2006.ufsc.br/relatorio/Relatorio_v2006.pdf> . Acesso em: 18 set 2015.

_____. **Resolução Normativa nº 008/CUn/2007**, de 10 de julho de 2007, Institui o Programa de Ações Afirmativas. 2007.

Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2716_R008CUN2007.pdf>.

Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Resolução nº 025/CUn/2008**, de 18 de novembro de 2008a. Aprova a criação do *Campus* Universitário da

Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Joinville – SC. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

UFSC. **Resolução nº 026/CUn/2008**, de 18 de novembro de 2008b. Aprova a criação do *Campus* Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Curitiba – SC. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Resolução nº 027/CUn/2008**, de 18 de novembro de 2008c. Aprova a criação do *Campus* Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Araranguá – SC. Disponível em: <<http://notes.ufsc.br/aplic/boletim>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. **Resolução nº 10/CUn/2009**, de 30 de junho de 2009, Dispõe sobre a contabilização, de forma optativa para o candidato, da nota da prova objetiva do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/2009) para o Vestibular Usfc-2010. Disponível em: <http://www.vestibular2010.ufsc.br/edital/resolucao010_ENE_M.pdf>. 2009d. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Resolução nº 07/CEG/2011**, de 13 de julho de 2011. Dispõe sobre o Concurso Vestibular UFSC/2012. Disponível em: <<http://www.vestibular2012.ufsc.br/edital/R07CEG2011.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

_____. **Edital 07/COPERVE/2012**. COPERVE. (Complementa e retifica os Editais 04 e 05/COPERVE/2012). 2012. Disponível em: <http://www.vestibular2013.ufsc.br/files/2012/10/EDITAL_07COPERVE2012_cotas.pdf>. Acesso em: 18 set 2015.

_____. **Resolução nº 019/CUn/2013**, de 13 de agosto de 2013. Aprova a criação do *Campus* Universitário da Universidade de Santa Catarina na cidade de Blumenau – SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105249/R192013CUNpdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

UFSC. **Edital 05/COPERVE/2014**. COPERVE. Abre as inscrições ao Concurso Vestibular UFSC/2015. 2014a. Disponível em: <<http://www.vestibular2015.ufsc.br/files/2014/09/Edital05-vest2015-final.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

_____. **Portaria nº 303/PROGRAD/2014**, de 25 de setembro de 2014b. Designa Grupo de Trabalho para proposição de novas modalidades de ingresso na UFSC. Florianópolis, UFSC, 2014. Documento Impresso.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. 2015a. Disponível em: <<http://pdi.ufsc.br/files/2014/12/PDI-2015-2019.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2015.

_____. **Vestibular/2015. Dados Gerais do Vestibular UFSC 2015**. COPERVE. 2015b. Disponível em: <<http://www.vestibular2015.ufsc.br/dados-gerais-do-vestibular-ufsc2015>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

_____. **UFSC em Números – 2005 a 2014**. 2015c. Disponível em: <<http://dpji.proplan.ufsc.br/ufsc-em-numeros/>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Resolução nº 09/2015/CUn**, de 29 de maio de 2015. 2015d. Aprova a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC) a partir do processo seletivo de 2016, como forma parcial de ingresso nos cursos de graduação presencial, ofertando 30% (trinta por cento) das vagas da Universidade Federal de Santa Catarina no Sisu. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133365/R09_2015CUN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20 ago. 2015.

_____. **Guia de Cursos**. COPERVE. 2015e. Disponível em: <<http://vestibular2016.ufsc.br/guia-de-cursos>>. Acesso em 20 ago. 2015.

_____. **Edital 03/COPERVE/2015**. COPERVE. Abre as inscrições ao Concurso Vestibular UFSC/2016. 2015f. Disponível em: <<http://vestibular2016.ufsc.br/files/2012/07/Edital03-VestibularUFSC2016.pdf>> Acesso em 07 fev.2016.

UFSC. Vestibular/2016. Dados Gerais do Vestibular UFSC 2016. COPERVE. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/tem/164629/dadosGerais.pdf?sequence=1>>. Acesso em 07 fev. 2016.

_____. **Apresentação das Atividades.** COPERVE. Documento impresso interno COPERVE. Florianópolis, [200-]a.

_____. **História do Vestibular.** COPERVE. Documento impresso interno COPERVE. Florianópolis, [200-]b.

_____. **Pró-Reitoria de Graduação.** [200-]c. Disponível em: <http://prograd.ufsc.br/files/2012/04/organograma_prograd2.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2015.

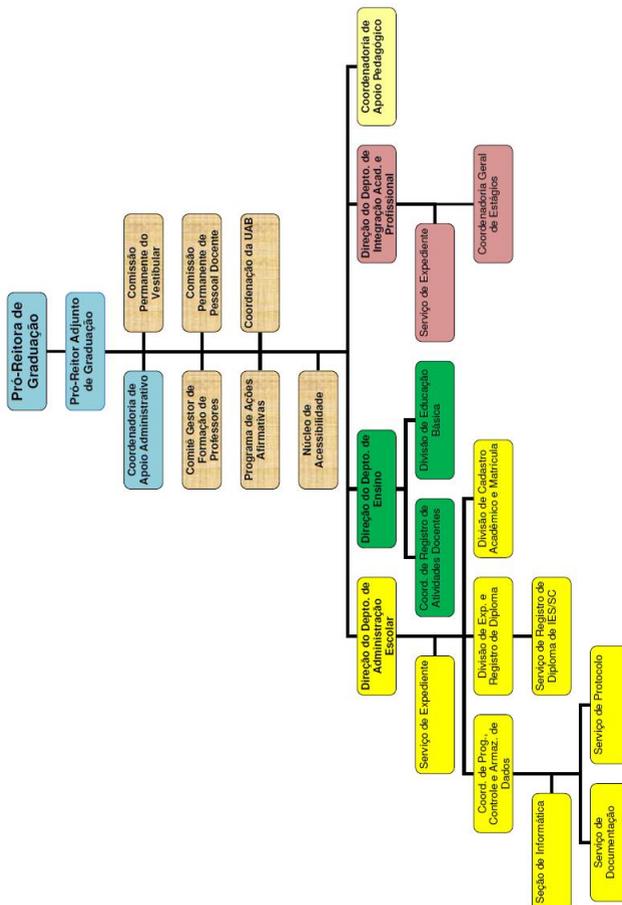
_____. **Relatório da COPERVE – 1996 a 2004.** COPERVE. Documento impresso interno COPERVE. Florianópolis, [200-]d.

_____. **Biblioteca Universitária.** Catálogo *Pergamum*. [200-]e. Disponível em: <<https://pergamum.ufsc.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em 07 fev. 2016.

VICENTINO, Claudio; GIANPAOLO, Dorigo. **História Geral e do Brasil**, 1ª Ed., São Paulo, Scipione, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – Organograma da PROGRAD



Fonte: UFSC ([200-]c).

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro das Coordenadorias de Cursos de Graduação Presencial por Unidade de Ensino no *Campus* de Florianópolis

UNIDADE DE ENSINO	CURSO/COORDENAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE AGRONOMIA • COORD. CURSO DE ENGENHARIA DE AQUICULTURA • COORD. CURSO DE ZOOTECNIA • COORD. CURSO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE LETRAS - LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E SECRETARIADO EXECUTIVO • COORD. CURSO DE LETRAS – PORTUGUÊS • COORD. CURSO DE JORNALISMO • COORD. CURSO DE DESIGN (Gráfico/Animação/ Produto) • COORD. CURSO DE CINEMA • COORD. CURSO DE ARTES CÊNICAS – HAB. Teatro • COORD. CURSO DE LIBRAS
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE DIREITO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE MEDICINA • COORD. CURSO DE FARMÁCIA • COORD. CURSO DE ODONTOLOGIA • COORD. CURSO DE ENFERMAGEM • COORD. CURSO DE FONOAUDIOLOGIA

	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE NUTRIÇÃO
CENTRO DE DESPORTOS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE BIBLIOTECONOMIA • COORD. CURSO DE PEDAGOGIA • COORD. CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO • COORD. CURSO DE ARQUIVOLOGIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE FILOSOFIA • COORD. CURSO DE HISTÓRIA • COORD. CURSO DE GEOGRAFIA • COORD. CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS • COORD. CURSO DE PSICOLOGIA • COORD. CURSO DE OCEANOGRAFIA • COORD. CURSO DE GEOLOGIA • COORD. CURSO DE MUSEOLOGIA • COORD. CURSO DE ANTROPOLOGIA • LICENCIATURA INDÍGENA
CENTRO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E MATEMÁTICAS	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE QUÍMICA • COORD. CURSO DE MATEMÁTICA • COORD. CURSO DE FÍSICA • COORD. CURSO DE METEOROLOGIA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO • COORD. CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS • COORD. CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS • COODENADOR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

	<ul style="list-style-type: none"> • COODENADOR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CENTRO TECNOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none"> • COORD. CURSO DE ENG^a MECÂNICA • COORD. CURSO DE ENG^a CIVIL • COORD. CURSO DE ENG^a ELÉTRICA • COORD. CURSO DE ENG^a SANITÁRIA E AMBIENTAL • COORD. CURSO DE ENG^a DE PRODUÇÃO • COORD. CURSO DE ENG^a QUÍMICA • COORD. CURSO DE ENG^a DE ALIMENTOS • COORD. CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO • COORD. CURSO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO • COORD. CURSO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (noturno) • COORD. CURSO DE ENG^a DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO • COORD. CURSO DE ENG^a DE MATERIAIS • COORD. CURSO DE ENGENHARIA ELETRÔNICA
Total: 11	Total: 56

Fonte: UFSC (2015a; 2015e).

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Maria Luiza Ferraro, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa A Política Pública de Acesso ao Ensino Superior: um olhar na perspectiva da gestão, visando a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária, convido-o para participar como voluntário desta pesquisa.

Por meio desta pesquisa pretendo compreender na visão dos gestores acadêmicos da UFSC como se manifesta o impacto das políticas públicas na política institucional, a partir de 2005. Para tanto, objetivo descrever o processo histórico da Comissão Permanente do Vestibular (COPERVE) com vistas ao ingresso aos cursos de graduação da UFSC; conhecer a política institucional de acesso ao ensino superior; bem como a Política Pública Educacional de acesso às universidades públicas, a fim de propor subsídios para reflexão da gestão no desenvolvimento de ações sobre a política institucional de acesso aos cursos de graduação da Instituição.

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, cujas informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada. O roteiro desta entrevista foi desenvolvido com base em três categorias de análise, previamente definidas por esta pesquisadora, que compreendem a Comissão Permanente do Vestibular – COPERVE; a Política Institucional de Acesso ao Ensino Superior e a Política Pública Educacional. As entrevistas serão gravadas e, posteriormente, transcritas para a realização da análise de conteúdo, por esta pesquisadora.

Sua participação neste estudo é livre, podendo desistir do mesmo em qualquer momento, sem que lhe seja imputado qualquer tipo de prejuízo.

Os resultados do estudo serão passíveis de publicação científica, sendo que a pesquisadora assegura o total anonimato dos participantes.

Em caso de dúvida, queira contatar a responsável pela pesquisa: Mestranda: Maria Luiza Ferraro. Contato telefônico: Celular: (48) 99830348/ Tel. Trabalho: (48) 3721-9972. E-mail para contato: mluizaferraro@gmail.com

Orientadora: Prof. Dra. Carla Cristina Dutra Búrigo. E-mail para contato: carla.burigo@ufsc.br.

Após ter recebido as informações anteriores, caso seja de sua escolha participar desse Estudo, assine o Consentimento Informado a seguir. O mesmo deve ser assinado em duas vias, sendo uma cópia do participante e outra da pesquisadora.

CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____
_____, abaixo assinado, confirmo que li os termos da pesquisa e concordo em participar da mesma. Fui devidamente informado e esclarecido sobre o estudo, os procedimentos nele envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido a liberdade de retirar-me da pesquisa em qualquer hora ou momento, ficando assegurado que não serei penalizado por isso.

Local e data:

Assinatura do participante:

RG: _____

Pesquisadora: _____

APÊNDICE C – Instrumento de Coleta de Informações

1) Dados de Identificação

- a) Unidade de Lotação: _____
- b) Curso: _____
- c) Quanto tempo exerce a função de Coordenador de Curso na UFSC: _____
- d) Ingresso na UFSC: _____

2) Quanto a COPERVE

- a) Você conhece os trabalhos desenvolvidos pela COPERVE? Comente.
- b) Na sua visão qual é a finalidade da COPERVE? Comente.

3) Quanto a Política Institucional de acesso ao ensino superior

- a) Você conhece a Política Institucional de acesso ao ensino superior? Comente.
- b) Na sua visão, qual foi o essencial impacto diante da sua prática como gestor, das mudanças ocorridas na Política Institucional de acesso ao ensino superior, após 2005? Comente.

4) Quanto a Política Pública Educacional

- a) Você conhece a Política Pública Educacional, no que tange ao acesso ao ensino superior? Comente.
- b) Na sua visão qual foi o essencial impacto da Política Pública Educacional junto a Política Institucional de acesso ao ensino superior? Comente.

5) Finalização

- a) Você tem algo a acrescentar?